

**Práticas policiais e cidadania a nível local: a participação dos cidadãos  
no contexto do policiamento comunitário “Alvalade mais seguro”**

**Mónica Maria Alves Diniz de Almeida**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Sociologia e Planeamento

Orientador:  
Professor Doutor José Manuel Leite Viegas,  
Professor Associado com Agregação,  
ISCTE-IUL

Co-orientadora:  
Professora Doutora Helena Maria Barroso Carvalho  
Professora Auxiliar,  
ISCTE-IUL

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa  
Outubro, 2011

*“We are all interdependent in this fast globalizing world of ours,  
and due to this interdependence none of us can be the master of our fate on our own.  
There are tasks which each individual confronts  
but which cannot be tackled and delt with individually.  
Whatever separate us and prompts us to keep our distance from each other,  
to draw boundaries and build barricades,  
makes the handling of such tasks yet more difficult.  
We all need to gain control over the conditions  
under which we struggle with the challenges of life -  
but for most of us  
such control can be gained only collectively”*

*Zygmunt Bauman*

## Agradecimentos

Agradeço com amizade a todos os que me acompanharam e incentivaram ao longo deste percurso académico, deixando uma palavra especial de agradecimento,

Ao meu orientador, Professor Doutor José Manuel Leite Viegas, pela preciosa orientação, pela disponibilidade que sempre demonstrou e sobretudo pelos profundos conhecimentos aportados ao trabalho, que me permitiram aprofundar a minha reflexão sobre o tema e que tanto contribuíram para a sua evolução.

À minha co-orientadora, Professora Doutora Helena Carvalho, pela orientação lúcida e pragmática, pela disponibilidade sempre demonstrada, infinita paciência e pelos profundos conhecimentos na análise estatística que tanto contribuíram para a valorização do trabalho.

Ao Comandante da Polícia Municipal de Lisboa, Subintendente André Gomes e ao Segundo Comandante, Subintendente Manuel Lopes Rodrigues, pelo incentivo e apoio sempre demonstrados, que tanto facilitaram a realização do trabalho.

A todos os participantes do estudo, que gentilmente disponibilizaram o seu tempo para preencher o questionário, sem os quais não teria sido possível a realização do estudo empírico e a quem desejo os maiores sucessos profissionais e pessoais.

À minha colega de mestrado e amiga Claudia Pinto, que mais de perto acompanhou a evolução do meu trabalho, apoiando e incentivando sempre e na ajuda preciosa no momento de inserção de dados em SPSS.

Às minhas colegas e amigas, Carmen Ávila e Claudia Santa Cruz, pelo apoio e incentivo que sempre manifestaram ao longo do trabalho e pela importante ajuda na fase de recolha dos dados e, acima de tudo, pela sua amizade.

À minha mãe, pelo incentivo e apoio incondicional de sempre, ao meu pai e irmãos pelo apoio e incentivo ao longo desta etapa.

Ao Miguel, pelo incentivo desde o início do trabalho e que sem o qual não me teria sido possível terminar esta etapa académica, pela motivação, pelos conselhos sábios e por todo o apoio e esforço adicional na logística familiar.

À Marta e ao Vasco, por tudo, pela compreensão nas ausências, pelo amor e alegria que irradiam e que tanto me inspiram para seguir em frente.

<b><u>Índice</u></b>	<b>Pág.s</b>
<b>Resumo</b> .....	6
<b>Abstract</b> .....	7
<b>Introdução</b> .....	8
<b>Capítulo 1. A cidadania e a participação dos cidadãos na segurança</b> .....	10
1.1 As cidades na sociedade de risco: novos desafios à segurança.....	10
1.2 A participação dos cidadãos na segurança local. ....	14
<b>Capítulo 2. Práticas policiais em contexto urbano</b> .....	22
2.1 O desafio policial: a aproximação aos cidadãos.....	22
2.2 O policiamento comunitário.....	25
2.3 O policiamento comunitário na Polícia Municipal de Lisboa.....	32
<b>Capítulo 3: A participação e o policiamento comunitário <i>Alvalade mais seguro</i></b> .....	35
3.1 Questões de partida, objectivos e hipóteses. ....	35
3.2 Estratégia metodológica e selecção das técnicas.....	36
3.3 Modelo de análise.....	36
3.4 Recolha e tratamento dos dados .....	39
3.5 Caracterização da amostra.....	39
3.6. Resultados .....	41
3.6.1 Valores dos indivíduos e participação na segurança.....	41
3.6.2 Representações sobre a actuação policial e perfil dos agentes.....	42
3.6.3 A escolaridade e o rendimento na participação dos cidadãos na segurança .....	44
3.6.4 Capital social e participação na segurança.....	45
3.6.3 Confiança institucional e participação na segurança.....	46
3.6.4 A responsabilidade pela segurança a nível local .....	49
3.6.5 O policiamento comunitário e a participação dos cidadãos na segurança .....	49
3.6.6 A avaliação do policiamento comunitário pelos cidadãos .....	51
3.6.7 Perfis de cidadania face à participação dos cidadãos na segurança local .....	52
<b>Conclusões gerais</b> .....	56
<b>Referências bibliográficas</b> .....	59
<b>Anexos</b>	
A – Questionário.....	64
B – <i>Outputs</i> do SPSS.....	68
C – <i>Curriculum Vitae</i> .....	73

<b>Índice de Quadros</b>	<b>Pág.s</b>
Quadro 1.1 - Níveis de participação da comunidade .....	15
Quadro 2.1 - Tipologia de práticas Policiais .....	23
Quadro 2.2 - Características do policiamento comunitário .....	29
Quadro 3.1 - Modelo de análise - Participação dos cidadãos na segurança a nível local...	37
Quadro 3.2 - Distribuição da amostra por tipo de estabelecimento.....	39
Quadro 3.3 - Grupo etário.....	40
Quadro 3.4 - Habilitações literárias por Rendimento .....	40
Quadro 3.5 - Participação na Segurança.....	41
Quadro 3.6 - Tipo de Valores de quem participa .....	41
Quadro 3.7 - Tipo de motivações para a participação.....	41
Quadro 3.8 - Importância atribuída pelos cidadãos à actuação policial.....	42
Quadro 3.9 - Importância atribuída pelos cidadãos ao perfil dos agentes.....	43
Quadro 3.10 - Resultados da análise factorial ao acesso a canais de participação.....	44
Quadro 3.11 - Resultados da análise factorial à confiança institucional.....	47
Quadro 3.12 - Confiança nas instituições de âmbito internacional e nacional.....	47
Quadro 3.13 - Confiança nas instituições de âmbito local.....	47
Quadro 3.14 - Responsabilidade pela segurança a nível local.....	49
Quadro 3.15 - Importância atribuída a tipos de participação dos cidadãos na segurança...	50
Quadro 3.16 - Disponibilidade dos cidadãos para falarem com os agentes.....	51
Quadro 3.17 - Disponibilidade dos cidadãos para participarem em reuniões comunitárias	51
Quadro 3.18 - Indicadores para definição do perfil de cidadania face à participação.....	52
<b>Índice de Figuras</b>	
Figura 1 - Confiança Interpessoal por países europeus.....	12
Figura 2 - Confiança Interpessoal – Portugal.....	20
Figura 3 - Satisfação com a actuação do governo – Portugal.....	20
Figura 4 - Confiança nas instituições por países europeus.....	21
Figura 5 - Modelo de análise.....	38
Figura 6 - Concelho de residência.....	40
Figura 7 - Tipo de valores dos participantes na segurança local.....	41
Figura 8 - Aspectos importantes para o cidadão na actuação policial.....	42
Figura 9 - Aspectos importantes para o cidadãos no perfil dos agentes.....	43
Figura 10 - Distribuição dos níveis de confiança interpessoal.....	45
Figura 11 - Pertença a redes sociais de compromisso cívico e participação na segurança.	46
Figura 12 - Confiança institucional por participação na segurança.....	48
Figura 13 - Confiança institucional a nível local por participação na segurança.....	48
Figura 14 - Policiamento comunitário - avaliação da actuação policial.....	51
Figura 15 - Policiamento comunitário - impacto na segurança da zona.....	52
Figura 16 - Resultado gráfico da ACM.....	53
Figura 17 - Representação no plano das dimensões principais da ACM.....	54
Figura 18 - Perfis de cidadania dos comerciantes de Alvalade face à participação.....	55

## **Resumo**

Quais os limites e motivações dos cidadãos para participarem na segurança a nível local? Partindo dos contributos teóricos sobre práticas policiais e cidadania, em que os estudos sobre policiamento comunitário salientam a importância da participação dos cidadãos na construção da segurança a nível local e, os estudos sobre cidadania, sugerem que a urbanidade, o capital social e a confiança nas instituições, são factores importantes para o estudo da participação, o trabalho vai analisar em que medida estes factores influenciam os cidadãos para serem co-produtores da segurança do espaço que habitam.

A investigação é contextualizada no policiamento comunitário realizado pela Polícia Municipal de Lisboa, na zona de Alvalade, analisa os valores, atitudes e comportamentos dos comerciantes dessa zona face à participação dos cidadãos na segurança local.

Os resultados do estudo sugerem duas tendências face à participação dos indivíduos na segurança local. Por um lado, um perfil de cidadania de cariz mais securitária, em que os indivíduos atribuem a responsabilidade pela segurança local às polícias e, por outro, um perfil mais activo e participativo dos cidadãos na responsabilidade sobre a segurança local.

Palavras-Chave: Participação; Policiamento comunitário; Cidadania; Polícia.

## **Abstract**

Based on the theoretical contributions on police practices and citizenship, the community policing studies stress the importance of citizen participation in the construction of safety at the local level, and the citizenship studies suggest that urbanity, social capital and institutional trust are important for the study of participation, the present research will examine the extent to which these factors influence citizens to be co-producers of safety of the space they inhabit in cooperation with the police.

To this end, the research is carried out in the context of community policing conducted by the Municipal Police of Lisbon, in Alvalade, a commercial zone of Lisbon, analyzing values, attitudes and behaviors of the merchants of the area, regarding the participation of citizens in the local safety.

The study findings suggest two main profiles of citizenship regarding the participation of individuals in the safety of the community. On one hand, a more security-profile nature, in which individuals attribute the responsibility of safety to the police and, on the other, a more participatory profile, associated with the active role of citizens in the responsibility for local safety.

**Keywords:** Participation, Community Policing; Citizenship; Police.

## Introdução

De que modo as práticas policiais em contexto urbano são percebidas pelos cidadãos? Poderão as estratégias de policiamento de maior cooperação com os cidadãos, potenciar uma cidadania mais activa e uma maior consciência cidadã perante as questões associadas à segurança do espaço que habitam? E quais as motivações e os limites dos cidadãos para participarem e serem co-produtores da sua própria segurança?

Nas últimas décadas, a maioria dos países desenvolvidos tem assistido um crescimento das taxas de criminalidade e das incivildades, sendo os comportamentos desviantes e as desordens cada vez mais implosivos, quer dentro de cada bairro, quer dentro dos vários grupos sociais (Young, 1999:69). A vida nas cidades é assim um palco onde se constata diariamente desordens e incivildades, segundo Roché (2002:12) o modelo de organização democrática dissuade os cidadãos de intervirem, colocando a questão se esta forma de organização não contribuirá de uma maneira significativa para os problemas actuais. Vários estudos têm revelado que os métodos tradicionalmente utilizados no combate à pequena criminalidade e às incivildades, como o reforço dos aparelhos policiais ou o aumento das penas, não têm tido sucesso. Estas medidas de natureza securitária e repressiva, embora importantes nas políticas de segurança, revelam-se pouco adequadas para regular problemas como a exclusão social, a pobreza ou a falta de serviços de apoio à comunidade, tornando-se necessárias abordagens de carácter preventivo, que tenham em atenção os contextos regionais e locais e “que privilegiem um reconhecimento antecipado dos problemas e o desenvolvimento de sinergias sociais” (Valente,2002:145).

No contexto das práticas policiais de carácter mais preventivo, o policiamento comunitário surge como um modelo de actuação das polícias, que apresenta como filosofia, que os cidadãos que servem, têm algo a contribuir para o policiamento, sendo este sentimento comunicado aos cidadãos, recebendo e incorporando nas suas estratégias, os contributos recebidos da comunidade, tornando-se, a polícia e os cidadãos, co-produtores na prevenção do crime (Skolnick e Bayley, 1986 cit. Cox,1996:33). Caracteriza-se assim principalmente pela atribuição aos agentes de locais específicos para policiarem, pelas sinergias criadas entre as equipas policiais, a maior participação da comunidade na co-produção da segurança e o estabelecimento de parcerias com organizações de âmbito social (Brodeur, 1999:15). É uma abordagem que privilegia a segurança e a paz face ao controlo da criminalidade, assente no primado de que o seu primeiro e principal dever é assegurar a tranquilidade pública (Fielding, 1996 cit. Waddington,1999:207).

A participação dos cidadãos na segurança não é um tema consensual, a participação e a capacidade destes para gerirem os problemas associados à insegurança das zonas onde residem, ou trabalham, poderá se manifestar mais em determinados locais do que em outros, tal como a capacidade de mobilização também dependerá do acesso a recursos disponíveis. Fenómenos como os atentados terroristas dos últimos anos, vêm trazer uma nova mudança nas políticas de segurança das sociedades ocidentais, em que a limitação das liberdades individuais é considerada muitas vezes um preço a pagar pela tranquilidade pública. Também questões como os contratos locais de segurança ou a videovigilância tendem a gerar mais divergências do que consensos, especialmente quando estes mecanismos são controlados pelo Estado. Em Portugal, temos vindo a assistir a uma tendência de maior participação dos cidadãos em assuntos sobre segurança, quer pela maior aproximação das instituições policiais aos cidadãos (como são exemplo os programas de policiamento de proximidade da polícia de Segurança Pública, *Escola Segura* ou o *Apoio 65: Idosos em segurança*), quer por parte dos



cidadãos, com o surgimento de movimentos de cidadãos, que pelas mais diversas motivações (sociais, económicas, políticas ou culturais) e, com recurso às novas tecnologias e a às redes sociais, intervêm de forma mais activa no alertar para fenómenos de insegurança a nível local.

As condicionantes sócio-económicas actuais, com implicações a nível global e local, têm colocado novos desafios à gestão dos espaços urbanos, em que por um lado, requerem maior articulação e eficiência na utilização dos recursos disponíveis, porém, a sua efectividade passará por estratégias que incluam a participação dos cidadãos (Orçamentos participativos, consultas públicas, entre outros). A implementação destas estratégias poderão assim contribuir para a interiorização de direitos e deveres destes, bem como para a consciencialização de normas sociais, mobilizando-os para a protecção dos espaços onde vivem e trabalham, reforçando os laços de identidade e de pertença a esses espaços vivenciais, aqui designada por segurança a nível local.

É neste contexto que o estudo vai analisar a relação entre as práticas policiais que mais se aproximam dos cidadãos e a forma como estes percebem a participação dos cidadãos nessa segurança. Partindo da prática policial realizada por uma organização policial urbana, a Polícia Municipal de Lisboa, será analisada a forma como os cidadãos da área em que existe essa prática de policiamento, como é o caso do policiamento comunitário “Alvalade mais seguro”, vêem a sua participação, enquanto cidadãos, nas questões da segurança a nível local. Sendo os modelos de policiamento comunitário inspirados numa filosofia de aproximação aos cidadãos enquanto participantes na segurança local, optou-se por analisar o modelo de policiamento comunitário implementado por esta organização, como ponto de partida exploratório para a identificação de factores apontados pelos cidadãos, que poderão ser facilitadores ou geradores dessa participação. A escolha do estudo incidir no policiamento comunitário “Alvalade mais seguro” prendeu-se com dois motivos principais. Primeiro, por tratar-se de um policiamento que tendo já três anos de implementação, ainda não existia um estudo do ponto de vista dos cidadãos e da forma como acolham este tipo de policiamento, o que se tornou um desafio. Um segundo motivo, foi a possibilidade de se poder conhecer, a partir de um território concreto, a forma como os indivíduos pensam a sua participação na segurança do espaço que habitam.

Assim, tendo por base os contributos teóricos sobre policiamento comunitário e cidadania, procurar-se-à conhecer os perfis de cidadania face à participação na segurança a nível local. Dada a crescente complexidade inerente à gestão da segurança nas grandes cidades, designadamente sobre o papel dos municípios, pretende-se também que no quadro de estudos sobre as polícias urbanas, que esta reflexão sociológica seja um contributo para a compreensão dos fenómenos associados à relação entre as polícias municipais e os cidadãos, no planeamento de estratégias de intervenção que venham ao encontro das necessidades sentidas pelos cidadãos.

No primeiro capítulo são apresentados contributos teóricos sobre cidadania e participação na segurança em contexto urbano e, no segundo, apresenta-se o enquadramento ao nível das práticas policiais, designadamente o modelo de policiamento comunitário. No terceiro capítulo são apresentados os objectivos, metodologia e resultados da investigação empírica, realizada no contexto do policiamento comunitário “Alvalade mais seguro”. No final são apresentadas as principais conclusões do estudo e apontadas algumas pistas para pesquisa futura.

*“Cities are the closest links, and the most open ones at their base; they generate a civic culture, made up of what is most characteristic, and which identifies each one with what is freer and universal. Therefore, nowadays community spirit and universality are the two sides of the same reality. One single world, united by the links established amongst the cities themselves. The world of the citizen”.*  
(Ajuntament de Barcelona, 1993)<sup>1</sup>

## Capítulo 1. A cidadania e a participação dos cidadãos na segurança.

### 1.1 As cidades na sociedade de risco: novos desafios à segurança

O fenómeno da globalização, modificou a forma de nos relacionarmos, acelerou o processo de comunicação e, deste modo, como tudo passou a ser mais rápido, mais próximo. Se, por um lado, constatamos aspectos positivos e que beneficiam a existência de novas formas de relacionamento, de comunicação e de oportunidades de desenvolvimento, por outro lado, esta organização da sociedade em rede traz também novos riscos sociais (Beck,1992, Giddens 2005). É neste contexto, que Beck (1992), na sua obra *Risk Society: Towards a New Modernity* (1992), salienta que o processo de mudança social verifica-se em três etapas, a Pré-modernidade, a Modernidade e a Modernidade reflexiva, caracterizando a última como a Sociedade de Risco. Beck define a sociedade moderna enquanto sociedade do risco, referindo que o que caracteriza a contemporaneidade não são os riscos pessoais que sempre acompanharam a vida quotidiana dos actores sociais, mas os riscos globais, em que o conceito de risco está directamente ligado ao conceito de modernização reflexiva, definindo-o como uma maneira sistemática de lidar com os acasos e as inseguranças induzidos e introduzidos pela própria modernização.

Beck reflecte sobre esta questão partindo do fenómeno da globalização e dos riscos da civilização, afirmando que os riscos vêm de todos os lados, não sendo possível ao cidadão viver à margem deles. Para Beck, a modernização reflexiva corresponde a um processo de aprendizagem no contexto de riscos contemporâneos, analisando a mudança social enquanto um processo de aprendizagem, em que a racionalização é entendida como necessária à própria modernização.

Giddens ao analisar o tema da segurança *versus* perigo alerta que a modernidade “é um fenómeno com duas faces”, por um lado as instituições sociais modernas criaram novas oportunidades para uma existência segura como nunca antes, porém, fala de um lado “sombrio”, designadamente os impactos ecológicos da industrialização e a própria industrialização da guerra (2005:5). Considera que a modernidade é “inerentemente globalizante” pelo carácter descontextualizado e pela reflexividade característica das instituições modernas, em que o distanciamento espaço-temporal promove relações complexas entre os actores (*Ibidem*:44).

Com efeito, nunca como antes as relações entre os acontecimentos locais e distantes foram tão interligados, criando o que Giddens denomina de um “processo de distensão” dos acontecimentos, numa rede a uma escala mundial. Estas relações que ligam as ocorrências locais a acontecimentos distantes, provocam transformações locais, fazendo estas parte do próprio processo de globalização. Assim, refere que ao estudarmos as cidades dever-se-á ter em atenção a influência de factores externos, uma vez que “o estado-nação tornou-se

<sup>1</sup> Citado em BORJA e CASTELLS (1997:232).

demasiado pequeno para os grandes problemas da vida e demasiado grande para os pequenos problemas da vida” (2005:46). Também Castells (2002) alerta para as mudanças operacionalizadas com a evolução das tecnologias de informação, referindo que a capacidade ou incapacidade das sociedades dominarem a tecnologia, nomeadamente tecnologias estrategicamente decisivas em determinados períodos históricos, molda em grande parte o seu destino, possuindo as sociedades a capacidade de se transformarem a elas próprias. Segundo Castells, a sociedade global é uma sociedade informacional, em que a informação é a principal fonte de produtividade e poder, pelo que a emergência deste novo sistema de comunicação electrónica e em rede, caracterizado pelo seu alcance global e pela integração de todos os meios de comunicação está a mudar e irá mudar para sempre a nossa cultura.

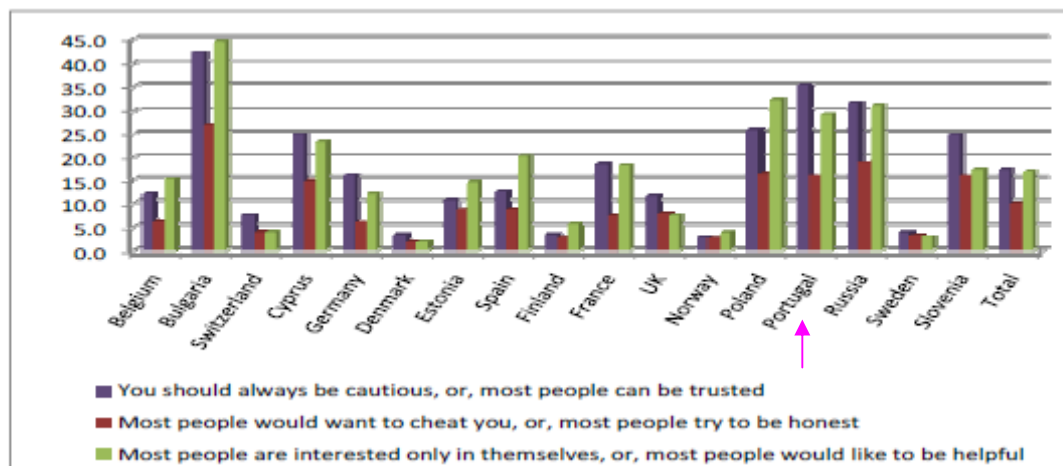
Os efeitos do impacte globalizador dos *media* e a partilha de informação por estes veiculada, provoca efeitos na globalização do risco e na própria percepção destes, designadamente ao nível da “consciência bem difundida do risco”, em que muito perigos que enfrentamos colectivamente são conhecidos do público, mas também da consciência de que as falhas de conhecimento sobre estes não podem ser convertidas em “certezas” (Giddens, 2005:88). Se, por um lado, os mecanismos de descontextualização permitiram amplas áreas de segurança, por outro, surgem novos riscos globais, em que estes riscos vão colidir com a nossa confiança nos sistemas periciais e com os sentimentos de segurança ontológica, em que existe inevitabilidade de uma vida com perigos, fora do nosso controlo e do próprio Estado, conduzindo a sentimentos de medo.

Segundo Giddens, estes receios poderão provocar quatro tipos de reacções adaptativas: a *aceitação pragmática* (indiferença, não pensar no assunto), o *optimismo persistente* (fé na razão providencial e na ciência), o *pessimismo cínico* (humor negro) e o *activismo radical* (atitude de contestação prática às fontes de perigo) (2005:96). Giddens alerta também para as alterações no “tecido da experiência espacial” em que a conjugação entre proximidade e distância não têm paralelo com épocas anteriores. Refere a relação complexa entre o que está próximo, a “familiaridade” e o que não conhecemos, a “estranheza”, em que os contextos locais continuam em muitos casos a caracterizarem-se pela familiaridade, em rotinas quotidianas, porém, esse sentimento de familiaridade é frequentemente mediado pelo distanciamento espaço-temporal. Por exemplo, refere que a “zona comercial local é um meio onde se cultiva uma sensação de segurança e à-vontade, decorrente da disposição dos edifícios e do cuidadoso planeamento dos espaços públicos, em que todos os que aí fazem compras estão conscientes do facto de a maioria das lojas se poderem encontrar em qualquer cidade” (2005:99).

Se por um lado, o fenómeno da despacialização dos modos de vida, em que cada vez mais as pessoas se encontram dispersas por vários espaços (o local onde residem, o local onde trabalham ou o local onde se divertem), contribui para uma maior vulnerabilidade social da vida nas grandes cidades, por outro lado, constata-se a proliferação nas cidades, principalmente nas grandes cidades, de espaços de anonimato, em que as pessoas passam cada vez mais tempo isoladas no espaço público. A identidade desses espaços não é incorporada nas suas vivências diárias, constituindo-se mais como espaços funcionais (instrumentalizados), do que como espaços identitários, vivenciais ou mesmo afectivos. Se por um lado, as sociedades mais democráticas dão ênfase às escolhas do indivíduo, em contrapartida, esse individualismo traduz-se numa perda de identidade social, em que o “o movimento de democracia liberta os indivíduos, mas atomiza o corpo social e desfaz as solidariedades” (Fitoussi e Rosavallon, 1997:3).

Neste sentido, a dimensão da insegurança urbana é também fruto da deteriorização do tecido social e do enfraquecimento da confiança interpessoal. No caso de Portugal e, no contexto europeu, é um dos países em que a desconfiança nos outros é maior (Figura 1).

Figura 1– Confiança Interpessoal por países europeus – Portugal no contexto europeu - ESS 2009 (Baixos níveis de confiança de “0” a “2”, numa escala de “0” a “10”).



Fonte: Tilkidjiev, 2010 (*European Social Survey*)

Também as desigualdades assumem uma nova forma. São novas desigualdades, perante o trabalho, o desabamento de modelos familiares ou como consequência dos efeitos negativos das políticas de urbanismo ou do surgimento de novas formas de violência, em paralelo com as desigualdades que persistem e se agravam, quer ao nível da distribuição de rendimentos ou da habitação. As estatísticas a nível mundial demonstram a tendência para o agravamento das desigualdades na distribuição da riqueza, em que as oportunidades de melhoria dos padrões de vida são cada vez mais inacessíveis à maioria dos cidadãos (Hespanha, 2001:163). Assiste-se assim à transição de uma sociedade incluyente, cuja tónica é a assimilação e a incorporação para uma sociedade excluyente, que separa e exclui (Young, 1999 cit. Hespanha, 2001:163).

O crescimento das incivildades nos espaços urbanos, nem sempre se prende porém com dificuldades económicas, mas ao vazio criado nos lugares colectivos. Por um lado, os indivíduos não são solidários, não reagem para ajudar os outros, por outro lado os estabelecimentos que vendem os bens ou os serviços tardaram a reconhecer que a segurança também faz parte das suas missões (Roché, 2002:13). É neste contexto que Roché recoloca a questão de que a segurança não será tanto um problema de socialização pela família, pela escola ou o trabalho, mas em primeiro lugar um problema de governo/gestão dos lugares colectivos.

À semelhança do processo de globalização da economia e da revolução da sociedade de informação, verifica-se actualmente a uma tendência mundial de urbanização, como parte integrante do processo de globalização. Este processo de urbanização, embora contendo processos criativos, possui igualmente aspectos destrutivos. A complexidade da sociedade globalizada faz emergir novos riscos sociais, contribuindo a despacialização dos modos de vida para uma vulnerabilidade social da vida nas cidades, em que as cidades nem sempre são cidades para todos (Borja e Castells,1997:233). Neste sentido, colocam-se às cidades novos desafios aos quais terão que dar resposta, identificando Borja e Castells (1997) como os cinco desafios principais o emprego, o bom-senso, a sustentabilidade, a governabilidade e a

segurança. O emprego, enquanto gerador de produtividade e de integração sócio-económica da sua população activa, porém havendo necessidade de promover a cooperação entre os cidadãos. O bom-senso, enquanto capacidade de aprender e de fazer julgamentos, em novos contextos culturais (globalização, era da informação), designadamente no reforço de territórios étnicos, em que a marginalidade de uns e o receio de outros contribuem para o fracasso da globalização, permitindo essa capacidade de julgamento a selecção de projectos, para a cidade, de reforço da coesão social e da qualidade da vivência no espaço público, enriquecendo e dando sentido à vida quotidiana cultural e social. A sustentabilidade, enquanto desafio local para a preservação e melhoria do meio ambiente e dos seus recursos para as gerações presentes e futuras, designadamente ao nível das mudanças nos padrões de comportamento social dos consumidores. A governabilidade, enquanto necessidade de construção de uma nova cultura política, jurídica e administrativa, em que os novos territórios urbanos-regionais, sendo supra-municipais ultrapassam as regiões administrativas e fronteiras nacionais, implicando que a gestão das cidades reclame cada vez mais soluções de parcerias público-privadas na construção e gestão de equipamentos e serviços, bem como de uma nova forma de relacionamento com a população.

Por último, a segurança, não apenas a segurança dos cidadãos ao nível da redução da violência urbana, mas ao nível da tranquilidade pública, inclusão social, conhecimento da cidade e acessibilidade aos seus pontos principais. Segurança no acesso ao espaço público, no direito a protecção social, a educação e saúde. Também a dinâmica económica requer uma estrutura segura, em que a gestão da cidade e as suas políticas reduzam as margens de incerteza originadas pela globalização (incerteza económica e incerteza de identidade, em que as cidades assemelham-se cada vez mais). Também a segurança quanto à habitação a ao acesso aos serviços essenciais (água, electricidade, saneamento, esgotos, etc.).

Perante esta nova sociedade globalizada, a segurança torna-se cada vez mais um bem público e como tal deverá ser co-produzido pelo conjunto dos actores sociais, exigindo uma nova resposta do Estado que esteja assente em métodos de intervenção policial inovadores (Oliveira, 2006:15). Esta segurança requer a cooperação do Estado com os cidadãos.

“On ne peut faire sans les habitants,  
mais on ne pas faire avec”  
Sebastien Roché

“Não há cidadania sem participação”  
Bondaruk

## 1.2 A participação dos cidadãos na segurança local.

A referência clássica para a conceptualização da participação dos cidadãos, é a escala criada por Sherry R. Arnstein (1969) em que a participação é analisada para explicar o envolvimento da população em processos de planeamento nos Estados Unidos da América, através de uma escala de oito patamares de participação - *Manipulação, Terapia, Informação, Consulta, Conciliação, Parceria, Delegação de poder e Controlo dos cidadãos*, estas três últimas consideradas pelo autor como as que se encontram num quadro efectivo de participação (Mota,2005:34). Mais recentemente, Koryakov e Sisk (2003) desenvolveram quatro tipos de envolvimento directo dos cidadãos – *Recolha e partilha de informação, Consulta, Elaboração das políticas e processo de decisão e, Implementação conjunta (Ibidem:36)*.

Num contexto de *governance* e de democracia participativa local, o modelo participativo é complexo, exigindo de quem o pratica, um conjunto de competências para o implementar, cabendo ao governo local ser o mediador e catalisador do envolvimento dos cidadãos nos processos colaborativos de tomada de decisão.

Assim, do ponto de vista teórico, distinguem-se duas abordagens na participação, uma *abordagem conservadora* (Berelson *et al*, 1954, Huntington, 1975, Wildawsky, 1992), em que o baixo grau de participação é entendido como um indicador de satisfação social e, uma *abordagem de participação cidadã* (Barber, 1984, Putnam, 1993) em que é reivindicada a necessidade de reforçar os instrumentos de envolvimento público (Mota, 2005:38). Mota salienta ainda alguns aspectos apontados à “bondade” da participação, designadamente a lentidão na tomada de decisão, privilegia grupos de interesse mais fortes ou organizados, ausência de valor acrescentado à decisão ou a sobrevalorização das medidas de curto prazo.

### *A participação da comunidade*

A participação comunitária na segurança, enquadrada na cultura cívica ou participativa, é entendida como consciencialização dos cidadãos de que se pode construir uma cultura de paz com a participação social, dado que a cidadania não se realiza sem a participação e, conseqüentemente, não há política de segurança pública eficiente sem essa participação (Soares, 2006 cit. Ribeiro *et al*, 2008:10).

A *International Association for Public Participation* desenvolveu uma matriz composta por cinco níveis de participação da comunidade (Quadro 1.1), em que no nível mais baixo as comunidades apenas facultam informação e os níveis mais elevados implicam a maior participação e envolvimento da comunidade, em que as entidades públicas delegam autoridade para a tomada conjunta de decisões<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Ver *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança* (2010:34), disponível em:  
[http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/manual\\_diag\\_locais\\_seguranca.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/manual_diag_locais_seguranca.pdf).

Quadro 1.1 – Níveis de participação da comunidade (Adaptado de *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança*, 2010)

Nível de participação	Características
1. Informar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação unidireccional</li> <li>• Partilha de informação</li> <li>• As comunidades não influenciam o processo</li> </ul>
2. Consultar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As comunidades são convidadas a contribuir na partilha da informação, ideias ou comentários</li> <li>• Não existe interacção institucional ou compromisso para resposta ao solicitado</li> </ul>
3. Envolver	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As comunidades dão o seu contributo no planeamento, implementação, interpretação e hierarquização</li> </ul>
4. Colaborar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho em conjunto com as comunidades no desenvolvimento de planos</li> <li>• Responde-se às contribuições da comunidade e acordam-se as conclusões</li> </ul>
5. Responsabilizar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As comunidades tomam as decisões finais sobre a estratégia a seguir</li> </ul>

Num inquérito realizado em catorze zonas da cidade de Lisboa, constatou-se que 22,3% dos indivíduos mostraram-se favoráveis à constituição de grupos de vigilância na comunidade, compostos por vizinhos e polícias, enquanto medida de combate ao crime na capital (Esteves,1999:59)<sup>3</sup>. De salientar que a grande maioria dos indivíduos apologistas dos grupos de vigilância residia no concelho de Lisboa. Perante este dado, Esteves coloca a questão se “será um certo sentimento de pertença ao bairro onde se vive que justifica um empenho pessoal na participação da sua defesa e protecção, por oposição a uma menor identificação com a área onde se mora nos bairros suburbanos”, uma vez que considera que Portugal não tendo este tipo de tradição neste tipo de segurança pública “a qual é considerada perigosa pelas forças da ordem e pelos poderes públicos, pelas situações de abuso de poder e de autoridade a que pode conduzir” (*Idem*:60).

Na sua análise empírica, Roché refere que nas entrevistas a profissionais (da tranquilidade pública) no terreno, têm dito que os habitantes são confrontados com problemas com os quais não sabem lidar e que não conseguem gerir por si mesmos, alertando para a “participação perigosa”, em que ao mesmo tempo que os profissionais referem a necessidade da presença activa dos cidadãos, mantêm-lhos afastados de qualquer contributo para a ordem não pública (2002). As razões avançadas são de dois tipos: não se saberá pedir a amadores que cuidem de um espaço colectivo porque implicaria colocá-los em perigo físico e porque poderia comprometer a execução de tarefas profissionais que os profanos não saberiam desempenhar correctamente.

Roché refere que a participação dos cidadãos encontra-se no coração da reflexão sobre a democracia moderna e mais concretamente sobre a ordem pública (*Ibidem*:178). Considera que a apatia da população e a falta de participação na conservação do seu meio, assinalando as suas disfunções, ou intervindo assim que recebem incivildades entre as pessoas, não se trata apenas de uma questão de receio de represálias, explicação que considera simplista para essa apatia, mas que também se prende também com a própria imagem dos serviços por parte dos cidadãos.

<sup>3</sup> Estas acções de vigilância e protecção, designadas no Reino Unido por *Neighbourhood Watch Schemes*, realizadas desde 1983, são baseadas numa estreita colaboração entre as forças policiais públicas e associações de moradores (Esteves, 1999:59).

### ***A urbanidade***

O papel das cidades como espaço privilegiado de encontro físico e de intercâmbio social revela a importância da dimensão da segurança. A insegurança sentida nas cidades requer políticas de prevenção e reactivas por parte das polícias e associadas a políticas de cariz social e políticas de intervenção no espaço público, que reduzam as oportunidades para a prática de crimes e de violência e aumentem a percepção de segurança<sup>4</sup>. Neste âmbito, a qualidade da participação dos seus residentes e/ou trabalhadores torna-se um factor determinante para a qualidade de vida nos espaços públicos da cidade.

Em Portugal, vários estudos sobre o exercício da cidadania em contexto urbano, analisam as práticas de cidadania em torno de dois eixos principais, por um lado o “efeito cidade” (a influência do facto de se viver numa zona metropolitana no exercício da cidadania) e, por outro, os impactos de mudanças sociais mais globais, como o pós-materialismo e a nova cultura política. Os estudos sugerem que o perfil de participação é maior em indivíduos que residem na cidade, independentemente de apresentarem capitais escolares e socioprofissionais equivalentes (Villaverde Cabral, 2008).

O estudo sobre este ‘efeito-cidade’ nas práticas de cidadania que incluem na sua análise os indivíduos que, para além de viverem também trabalham na cidade, sugerem que o melhor preditor da mobilização para a participação é a mobilização cognitiva, sendo evidenciada a importância de um maior acesso à informação e capacidade crítica para o envolvimento cívico e político. Também a frequência da prática religiosa é apontada como a variável que mais se correlaciona com o associativismo e que as formas de participação não convencionais estão sobretudo associadas a valores pós-materialistas, em particular a solidariedade e a igualdade (Saraiva, Aboim e Carreira da Silva, 2008).

### ***Os valores***

Ronald Inglehart no seu livro “The silent revolution” (1977) salienta o facto de nas últimas décadas (a partir dos anos 70 do séc.XX) se ter vindo a assistir nas sociedades ocidentais a uma mudança ao nível dos valores considerados prioritários, designadamente a uma passagem de valores baseados no bem estar material e segurança física (valores materialistas) para se dar mais ênfase à qualidade de vida (valores pós-materialistas). Refere que os primeiros continuam a ser conotados positivamente, porém, menos prioritários do que no passado.

Estas mudanças nas sociedades industrializadas avançadas, manifestam-se, também, a nível individual, nomeadamente nos valores, crenças e comportamentos, sendo o desenvolvimento económico e a expansão da educação secundária e superior, a diversidade e a expansão dos meios de comunicação social, entre outras, as principais forças de mudança. A existência de um cada vez maior número de pessoas interessadas e conhecedoras das políticas nacionais e internacionais (*elite challenging*), nomeadamente com o aumento dos níveis de educação nos países ocidentais (secundário e superior), tem tido expressão crescente nas gerações mais novas. Tal, contribuiu para que estes participassem na tomada de decisões e consequentemente, no aumento do papel activo da opinião pública na construção de políticas (Inglehart, 1977).

---

<sup>4</sup> CPTED - *Crime Prevention Trough Environmental Design*, disponível em:  
[http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/manual\\_diag\\_locais\\_seguranca.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/manual_diag_locais_seguranca.pdf)



### ***O Capital Social***

Qualquer sociedade, seja moderna ou tradicional, autoritária ou democrática, caracteriza-se por redes de comunicação e trocas interpessoais de carácter formal ou informal, em que existem redes horizontais, que ligam agentes que detêm um estatuto e poder equivalentes e redes verticais, que ligam agentes desiguais através de relações assimétricas de hierarquia e dependência (Putnam, 1993: 173). É nesta perspectiva, que Putnam considera que as redes sociais de compromisso cívico (por exemplo as associações de moradores) fortalecem a existência de normas de reciprocidade, em que os indivíduos que interagem em múltiplos contextos estarão mais aptos para desenvolverem normas sobre os comportamentos aceitáveis e para transmitirem suas expectativas entre si, facilitando deste modo o surgimento da confiança mútua.

Putnam ao referir-se ao capital social enquanto característica da organização social, tais como confiança, normas de reciprocidade e redes de sociabilidade, que podem melhorar a eficiência da sociedade, salienta que quanto maior for o capital social de uma comunidade, mais fácil será a cooperação voluntária dentro dessa comunidade (1993:167). Assim, considera que a acção colectiva dependerá de um contexto social mais amplo, em que o capital social adquire um carácter colectivo e uma perspectiva sócio-cultural de “compromisso cívico” em que o capital social acumulado por uma comunidade tenderá a ser cumulativo e a reforçarem-se mutuamente.

Este grau de “civismo” nas comunidades (quantidade de capital social acumulado) de uma comunidade poderão ser medidos através de indicadores como leitura de jornais, pertença a associações voluntárias e expressões de confiança nas autoridades públicas. Putnam salienta que baixos níveis de escolarização e contextos menos cívicos acentuam sentimentos de exploração e de menor poder por parte dos cidadãos e que os cidadãos que residem em regiões cívicas apresentam uma maior confiança no cumprimento das normas, por parte dos seus concidadãos, do que os que residem em regiões menos cívicas. A capacidade de uma comunidade de construção de capital social é assim para Putnam o aspecto chave para o funcionamento das sociedades democráticas (1993: 185).

Segundo Putnam “*the core idea of social capital theory is that social networks have value*” (2000: 19), considerando que os contactos sociais influenciam a produtividade de indivíduos e grupos. Neste sentido, entende o capital social enquanto conexões estabelecidas entre os indivíduos, estabelecendo redes sociais e normas de reciprocidade e de confiança entre si. Estas conexões sociais não são apenas contactos estabelecidos entre os indivíduos, são fundamentais para as normas de conduta que as sustentam, dado que a rede envolve “obrigações mútuas” (normas de reciprocidade) em que as acções realizadas são feitas na expectativa de que a pessoa retribua o favor (reciprocidade específica) ou de que não esperando que seja essa pessoa a retribuir mas com a expectativa de que alguém algum dia o faça (reciprocidade generalizada) (Putnam, 2000: 20).

Dada a complexidade das motivações dos dadores, importa, segundo Portes, fazer a distinção entre as motivações dos beneficiários e as dos dadores em trocas mediadas por capital social. Pelo que a aplicação do conceito de capital social deverá distinguir os possuidores de capital social (quem faz as solicitações) das fontes de capital social (quem responde a essas solicitações) e os recursos propriamente ditos (2000:137). Segundo Portes, estas motivações poderão ser distinguidas entre motivações altruístas (por exemplo o dar esmola ou obedecer ao código da estrada) e motivações instrumentais (expectativa de serem ressarcidos no futuro).

No caso das motivações altruístas, Portes considera que as normas internalizadas que permitem estes comportamentos são apropriadas como recursos por terceiros (os detentores de capital social são os restantes membros dessa comunidade, que beneficiam desses comportamentos), nas motivações instrumentais, o capital social é utilizado como a acumulação de obrigações para terceiros (norma de reciprocidade), em que os dadores concedem acesso privilegiado a recursos na expectativa de virem a ser compensados no futuro (Portes, 2000:138).

Para Portes, uma das funções básicas do capital social é como fonte de controlo social, através da sua capacidade de fazer respeitar as regras, quer através da solidariedade confinada (aos limites da sua comunidade), quer através da confiança exigível (as obrigações são impostas não através do recurso à lei ou à violência, mas através do poder da comunidade).

Putnam, ao fazer equivaler o capital social a civismo em determinadas comunidades estudadas, permitiu uma viragem conceptual, na medida em que o capital social significa “características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a acção e a cooperação com vista a um mútuo benefício” (Putnam 1993, citado por Portes 2000). Nesse sentido, quanto maior for a confiança das pessoas nos outros, a *confiança interpessoal*, maior será a probabilidade de que os outros participem em relações de confiança e confiem na sua relação com os outros (Barbalet,2000:94).

### ***A confiança***

Giddens partindo da análise da vida social enquanto ordenada através do tempo e do espaço leva-nos a reflectir sobre as relações entre os “envolvimentos locais” e a “interacção à distância”, em que o nível de distanciamento espaço-temporal é maior do que antes e “as relações entre as formas sociais e os acontecimentos locais e distantes tornam-se correspondentemente distendidas” (Giddens, 2005: 45). Segundo Giddens a globalização pode ser definida como “a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância e vice-versa”.

Considera assim que a transformação local faz parte da globalização. Para Giddens, as relações de confiança são fundamentais para o distanciamento espaço-temporal associado à modernidade. Por um lado, defende que a confiança nas pessoas envolve compromissos presenciais, em que se procuram os indicadores da integridade dos outros e a confiança nos sistemas, através de compromissos não presenciais, em que se mantém a fé no funcionamento dos saberes sobre os quais o indivíduo comum não domina. Distingue compromissos presenciais dos compromissos não presenciais, em que os primeiros referem-se a relações de confiança que são expressas nos contactos sociais estabelecidos em situações de co-presença e, os compromissos não presenciais, que se relacionam com o desenvolvimento da fé nas garantias simbólicas ou nos sistemas periciais, que designa como *sistemas abstractos* (Giddens,2005:55). Refere que do mesmo modo que os mecanismos de descontextualização interagem com cenários de acção recontextualizados (redefinição de relações sociais descontextualizadas de forma a fixá-las a condições locais de espaço e tempo), podendo reforçá-los como enfraquecê-los, também os compromissos não presenciais estão associados aos compromissos presenciais.

A vida social moderna, designadamente nos cenários urbanos, implica que as pessoas interajam com outras que lhes são estranhas, sendo muitas vezes sustentados pelo que Goffman designou por “a não atenção Pública”. Trata-se de um fenómeno que “exige um controlo complexo e habilidoso por parte dos participantes que é “uma demonstração cuidadosamente controlada daquilo a que se pode chamar de alheamento cortês, em que o sustentar o olhar do outro com brevidade e depois olhar em frente, quando se cruzam, reafirma que não existe uma intenção hostil. Nas situações em que esta “não atenção pública” está ausente, como o exemplo de se atravessar uma vizinhança violenta, a ausência de confiança elementar nas possíveis intenções dos outros leva os indivíduos a evitarem encontrar o olhar dos outros, de modo a não ser desencadeado um envolvimento potencialmente hostil (Giddens, 2005: 57).

Neste sentido, a não atenção pública, segundo Giddens, é a forma mais básica de compromisso presencial nas situações de encontros com estranhos, é a confiança enquanto “ruído de fundo”, enquanto ritmos sociais controlados, descrito por Goffman como a “interacção não focalizada”. Por outro lado, os mecanismos de “interacção focalizada”, quer sejam através de encontros com estranhos, com conhecidos ou íntimos, envolvem também práticas relacionadas com a manutenção da confiança, designadamente através dos rituais de tacto e de cortesia.

Giddens salienta ainda que “a natureza das instituições modernas se encontra profundamente ligada aos mecanismos da confiança nos sistemas abstractos, designadamente nos sistemas periciais. A confiança nos sistemas abstractos não pressupõe encontros com indivíduos ou grupos que são responsáveis por eles, porém segundo Giddens na maioria dos casos estes estão implicados, constituindo-se como “pontos de acesso” dos sistemas abstractos, constituindo-se como o terreno onde os compromissos presenciais e os compromissos não presenciais se cruzam.

A confiança depositada nos sistemas periciais, não se resumindo, segundo Giddens, à criação de um sentimento de segurança face a acontecimentos independentes, implica “o cálculo de benefício e do risco nas situações em que o conhecimento pericial não se limita a fornecer esse cálculo, mas cria efectivamente o universo de acontecimentos, em resultado da contínua implementação reflexiva desse mesmo conhecimento.”(Ibidem: 58).

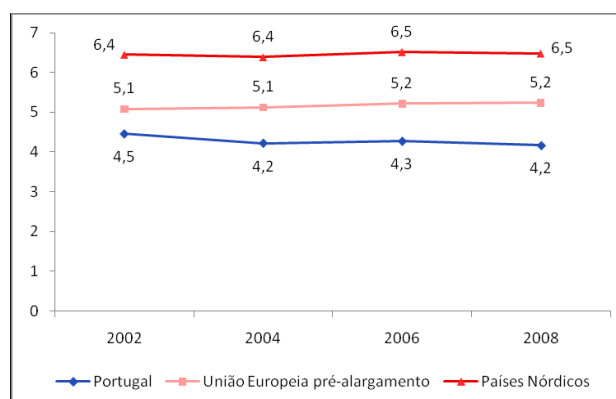
Segundo Giddens, nos compromissos presenciais verifica-se o estabelecimento de relações de confiança entre os actores comuns e os indivíduos que representam os sistemas abstractos e, dependendo da “conduta” desses representantes ou operadores do sistema, existe a necessidade de um sentimento de confiança renovada a dois níveis, por um lado na credibilidade dos indivíduos específicos envolvidos e por outro, nos seus conhecimentos ou competências. Estes mecanismos de confiança não se reportam somente às relações entre “os leigos e os peritos”, mas também às actividades dos que estão “dentro” dos sistemas abstractos, por exemplo os códigos de ética profissional, que são um meio através do qual a fidedignidade dos colegas é controlada internamente.

Neste sentido, a análise da forma como os indivíduos se relacionam com os outros cidadãos e com as instituições, são dimensões importantes para a análise da participação.

O estudo do *European Social Survey*, relativos ao período 2002 e 2008<sup>5</sup>, apresenta a análise da confiança, enquanto dimensão fundamental das relações sociais, incluindo questões que procuram perceber a confiança que as pessoas depositam quer nos outros cidadãos em geral (o grau em que acreditam que as pessoas são de confiança, honestas e tentam ajudar os outros), quer o grau de confiança nas instituições, confiança institucional, sejam elas nacionais ou internacionais.

Os resultados revelam que a desconfiança dos portugueses face aos outros (Figura 2) tem sido constante ao longo das edições do ESS, sendo sempre maior do que nos restantes grupos de países (Vala *et al*, 2010:10).

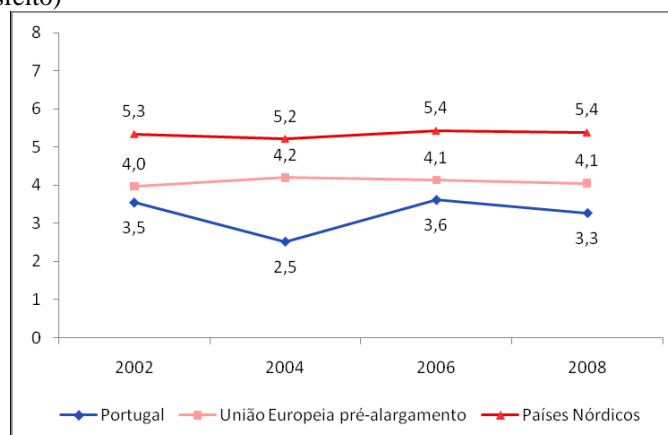
Figura 2 – Confiança Interpessoal – Portugal no contexto europeu (a maior parte das pessoas é de confiança; a maioria das pessoas tenta ser honesta; a maior parte das vezes as pessoas ajudam-se; 0 - 10.)



Fonte: Vala *et al*, 2010 (*European Social Survey*)

Ainda no mesmo estudo, que inclui um conjunto de questões relacionadas com a auto-mobilização e satisfação dos indivíduos com o sistema político e os seus agentes (Figura 3), como indicadores da participação e envolvimento dos cidadãos na vida política do seu país, revelou que também no contexto europeu, Portugal é o país mais insatisfeito quer com o funcionamento da democracia, quer com a actuação do governo e, os países do norte da Europa, como os mais satisfeitos (Vala *et al*,2010:8).

Figura 3 – Satisfação com a actuação do governo – Portugal no contexto europeu (“0” extremamente insatisfeito; “10” extremamente satisfeito)

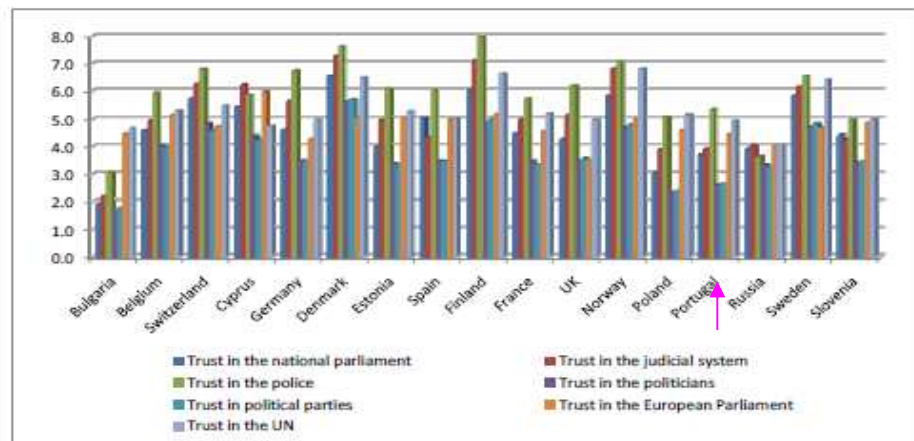


Fonte: Vala *et al*, 2010 (*European Social Survey*)

<sup>5</sup> Ver Vala *et al* (2010), *European Social Survey*, disponível em: <http://www.atitudessociais.org/divulga/comunica/relatoriocomparativo20022008.pdf>.

De salientar que ao nível da confiança institucional, os resultados relativos a Portugal apresentam como instituição onde é depositada maior confiança, a Polícia (Figura 4)<sup>6</sup>.

Figura 4 – Confiança nas instituições por países europeus ESS-2009 (Valores da média)



Fonte: Tilkidjiev, 2010 (*European Social Survey*)

Passamos então a analisar, no próximo capítulo, o relacionamento e cooperação entre as instituições policiais e os cidadãos.

<sup>6</sup> Ver Tilkidjiev (2010), disponível em: <http://www.ucm.sk/revue/2011/1/tilkidjiev.pdf>.

## Capítulo 2. Práticas policiais em contexto urbano.

*”Policemen often say that their work is almost entirely unpredictable; it might be more correct to say that anything unpredictable that cannot be dismissed or assimilated to the usual is pro tanto a proper target of police attention (...) something that ought not to be happening and about which someone had better do something now”*  
Egon Bittner, 1974

### 2.1 O desafio policial: a aproximação aos cidadãos.

No contexto da reforma do Estado e da Administração Pública, também as Polícias estão sujeitas a processos reformadores. Estas reformas policiais em alguns países ocidentais caracterizaram-se por uma aproximação ao cidadão e para a maior participação na segurança pública, dado que o policiamento reactivo não é suficiente para responder às necessidades das populações.

Muitos dos estudos produzidos sobre este tema, referem que quando as forças policiais e os cidadãos se vêem como co-produtores da segurança, ambos beneficiam. Por um lado, o maior apoio por parte da população favorece a motivação e responsabilização policial, e por outro, para os cidadãos, pode traduzir-se num menor receio dos crimes.

Neste sentido, o grande desafio passa por uma melhoria no planeamento de estratégias que produzam impactos na melhoria da qualidade de vida nas cidades. Tal porém pode constituir-se como uma tarefa difícil, dado tratar-se de uma instituição que se depara com inúmeras crenças que se constituem como obstáculos à sua actuação, tais como riscos de externalidades organizacionais (principalmente de carácter político), descrédito da população no sistema policial e judiciário como um todo (face mais visível de um Estado), passado histórico, cultura de fraca participação dos cidadãos de se envolverem na solução dos problemas, mitos de que a única função da polícia é “prender os ladrões” (Bondaruk e Souza,2007:46).

O conceito de Polícia, poderá ser entendido como “instituição de administração positiva [que] visa pôr em acção as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança de pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à protecção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais” (BOVA,1985 cit. Clemente,2006:36). Uma outra característica também importante é entendermos o papel da Polícia como um mecanismo para a distribuição da força coerciva não negociável, empregue, de acordo as exigências das várias situações da sociedade (Bittner,1970:131).O conceito de Polícia, porém, é mais complexo, uma vez que não preenche toda a realidade policial, porque a função policial não coincide totalmente com o serviço policial assumindo também outras funções (Clemente, 2006: 20).

Monjardet no seu livro “Ce que fait la police: sociologie de la force publique” refere que não existe uma sociologia da polícia mas uma sociologia das práticas sociais da força e da legitimação do recurso à força nas declarações políticas. Para se compreender “o que faz a polícia” o sociólogo apresenta dois momentos, um momento de desconstrução (descritivo) e um outro momento de reconstrução, (teórico). Do ponto de vista descritivo, numa sociedade, considerada um conjunto de instâncias, poderes, autoridades, corpos, serviços, que se identificam como “polícia”, é importante compreender o seu funcionamento, a descrição das

suas normas e das práticas quotidianas dos seus agentes. Num segundo momento, será então importante a análise do objecto da polícia, procurando identificar o papel único que desempenha. (Monjardet,1996:8).

Segundo Monjardet podemos analisar o aparelho policial segundo três dimensões, com lógicas de acção distintas e competidoras entre si: como um instrumento de poder (que recebe ordens), um serviço público (susceptível de ser requisitado por cada um) e uma profissão (que desenvolve os seus interesses próprios). Deste modo, considera que o funcionamento policial quotidiano é o resultado de tensões entre estas dimensões, de conflitos e compromissos entre estas três lógicas, pelo que toda a teoria da “polícia” que apresente como função apenas uma destas três dimensões estará incompleta (Monjardet, 1996: 9).

Deste modo, Monjardet refere que se o ponto de partida obrigatório é a análise das práticas policiais, estas revestem-se de grandes diferenças, sendo importante analisar os seus diferentes contextos, designadamente as normas jurídicas, as estruturas organizacionais, as políticas definidas de topo, os modos de recrutamento, a formação e o enquadramento na organização.

Assim, a dimensão organizacional das polícias - enquanto um instrumento de produção caracterizado por uma divisão e especialização de tarefas, de técnicas, de procedimentos, de saberes, uma estrutura hierárquica – é fundamental para se compreender as polícias, enquanto instituição que incorpora valores sociais centrais, supondo os controlos sociais necessários para o garante desses valores, composta por um grupo profissional especializado, os polícias, que como qualquer grupo profissional caracteriza-se por interesses, e por uma cultura própria, de princípios de identidade face aos não profissionais e com critérios de diferenciação interna. (Mojarde, 1996: 10).

Na Europa existem em simultâneo dois modelos de polícia, o modelo continental ou a “polícia do príncipe” e o modelo anglo-saxónico, da “polícia do povo”. Nas polícias inspiradas pelo modelo continental, como é o caso português, denota-se a evidência da essência política das actividades prosseguidas em prol do bem-comum, (Clemente, 2006:92). Monjardet refere que sociologicamente a policia apresenta 3 tipos de práticas policiais (Quadro 2.1), as *ordens superiores*, os *pedidos e queixas da população* e as *iniciativas dos polícias*, que correspondem respectivamente aos princípios de acção da autoridade do poder, das solicitações da população e do interesse profissional.

Quadro 2.1 – Tipologia de práticas Policiais (Adaptado de Monjardet, 1996)

Princípios de acção	Práticas policiais	Prioridade
Autoridade do poder	Ordens superiores	Ordem pública
Solicitações da população	Pedidos e queixas da população	Segurança pública e serviço de urgência (sentimento de segurança, tranquilidade pública e auxílio a situações de perigo)
Interesse profissional	Iniciativa dos polícias	Luta contra a criminalidade (vocação) Sistema de remunerações materiais e simbólicas (interesse)

Para Monjardet basta a enumeração destes princípios de acção para constatar que não existe entre eles uma harmonia pré-estabelecida, estando sempre em tensão, uma vez que são concorrentes em termos de atribuição de recursos, de prioridades operacionais, ou de critérios de eficácia. Assim, “uma política policial é sempre o produto de um compromisso, mais ou menos estável, entre os três princípios de acção” (Monjardet, 1996: 259).

Monjardet refere que no caso das polícias locais, as solicitações sociais são trazidas pelos eleitos, que detêm uma autoridade directa sobre o instrumento policial pelo que nomeiam os responsáveis. As instituições policiais que no seu sistema de decisão dão espaço aos pedidos sociais, como no caso das polícias municipais anglo-saxónicas, não são necessariamente mais eficientes do que as polícias estatizadas, desterritorializadas como no caso Francês. Porém, em vários casos a integração dos pedidos sociais é bastante formal. A capacidade dos pedidos sociais de pesar no sistema de decisão, é uma condição necessária ao reequilíbrio de tensões entre os princípios de acção policiais, sendo também, a condição necessária para a inovação e para a mudança da e na instituição policial. É através dos pedidos sociais que as mudanças no ambiente podem transformar-se no motor de mudança interna. Na falta da organização e da profissão, o “prince” e os polícias reduzem-nas à sua própria lógica, à sua própria área de saber, ao que sabem fazer Monjardet, 1996:268).

O desafio da “pequena delinquência”, das incivildades, remete o problema da insegurança para um problema de ordem pública, motivando as tentativas de polícia comunitária, de policiamento orientado para a resolução de problemas e de polícia de proximidade. Qualquer que seja a sua eficácia real, estas tentativas têm em comum a apreensão da insegurança como uma propriedade do social e não como a adição de comportamentos individuais (Monjardet, 1996:269). Para Monjardet, a polícia urbana, municipal, comunitária, de proximidade, em que o seu papel é a protecção da tranquilidade pública, não é uma polícia equipada para combater a grande criminalidade nem para conter o tumulto, mas a expressão do intermediário entre a força detida e a coação exercida, a autoridade. Tem uma função social, faz respeitar a paz pública (contra o ruído, a desordem, a insalubridade, nos conflitos interpessoais, regulando o trânsito), no fundo é impor o respeito por uma ordem pública que não é a ordem da dominação, mas a da tranquilidade.

Para Monjardet a polícia urbana coloca-se no seio da sociedade da qual é parte integrante, no seio da qual ela não poderá agir eficazmente senão através da sua integração, presença, permanência e partilha. O seu controlo opera-se através da visibilidade. Polícia de uniforme, está sobre a observação de todos, como preconizado por Robert Peel<sup>7</sup>. O uniforme não é o traje de guerra da polícia soberana que evoca o exército e simboliza o poder, é pelo contrário, a afixação da qualidade policial, no sentido em que ela própria se coloca à disposição e sob o controlo de todos. Se o cliente da polícia de ordem pública é o Estado, o da polícia criminal é criminoso comprovado e o da polícia urbana é o cidadão comum, o homem sem qualidades (Monjardet, 1996: 274).

É no espaço urbano, onde se procuram respostas para os novos riscos sociais que o policiamento de proximidade e comunitário se têm vindo a afirmar e, dependendo da capacidade de articulação entre as polícias e os cidadãos, estas práticas policiais conquistam maior ou menor sucesso.

---

<sup>7</sup> Precursor do Policiamento Comunitário e responsável, em 1829, pela criação da Polícia Metropolitana de Londres - *Scotland Yard*.



...the basic premise in problem-oriented policing is that the acquisition of knowledge informs practice.  
Herman Goldstein

## 2.2 O policiamento comunitário

A partir dos ideais veiculados com a Revolução Francesa e em Portugal com a Revolução Liberal começaram a surgir as polícias cívicas (Clemente, 2006:44). Porém, considera-se que o aparecimento deste modelo de policiamento remonta à Polícia Metropolitana de Londres, fundada em 1829 por Robert Peel, que baseava a sua intervenção numa base consensual e com pouca necessidade de utilização da força – “*Policing by consent*”<sup>8</sup>. Porém, considera-se que foi na década de 70 do século passado, nos estados anglo-saxónicos detentores de sistemas policiais descentralizados, onde foram adoptadas as primeiras reformas organizacionais com um modelo de policiamento comunitário.

O policiamento comunitário sendo uma filosofia de policiamento que pressupõe a participação dos cidadãos na identificação e resolução de problemas, em que a redução do medo do crime em meio urbano passará por um trabalho conjunto que envolve a participação da comunidade (Bondaruk e Souza,2007:48). Ressalva-se que o conceito de comunidade, fortemente criticado no meio académico pelo seu carácter polissémico e vago é, neste estudo, entendido como “o quadro natural de interesses partilhados e de identidade dos cidadãos num determinado território, [constituindo-se] como fonte de influência e de poder, da qual emana a capacidade e a representação, ou o seu contrário” (Burns *et al*,1994 cit. Mota,2005:57).

O policiamento comunitário assenta em três bases teóricas principais, a teoria do patrocínio normativo (Sower, 1957), a teoria do *broken windows* (Kelling, 1982) e a teoria social crítica (Fay, 1984). A teoria do patrocínio normativo postula que a maioria das pessoas têm boa vontade e irão cooperar com as outras para facilitar a construção de consensos, sendo que quanto maior for a partilha de valores, crenças e objectivos comuns, maior será a probabilidade de concordarem com objectivos comuns que visem a melhoria dos bairros.

A teoria social crítica, centra-se em três ideias chave: *esclarecimento* - as pessoas devem ser esclarecidas sobre as circunstâncias antes dos processos de mudança; *poder* - as pessoas necessitam de agir para melhorarem as suas vidas e; *emancipação* - as pessoas podem-se emancipar através da reflexão e da acção social (Bondaruk e Souza, 2007:60).

Os estudos de Wilson, Kelling e Skogan, através da teoria do *broken windows*, revelam que as desordens e incivildades produzem impactos tão fortes na vida das pessoas como os crimes, em que os receios provocados pelas incivildades, conduz a uma espiral de declínio em que as pessoas passam a evitar esses espaços públicos abandonados ao vandalismo, colapsando o comércio local que passa a ser substituído por alternativas marginais, tornando-se essas áreas um paraíso para os criminosos e um pesadelo para quem lá habita e não consegue sair para outro local. Esta abordagem enfatiza a importância do papel do controlo social informal, em que são os vizinhos que ao deterem recursos sociais informais podem exercer o controlo social, cabendo à polícia o papel de encorajar e apoiar estes métodos informais de controlo social, quer apoiando a população de uma dada comunidade, quer em articulação com organizações (públicas e privadas) que nela intervenham (Waddington, 1999: 208).

---

<sup>8</sup> Um dos principais princípios de Peel era que “A polícia é o público e o público é a polícia” (Normandeau e Leighton, 1991, cit. Oliveira, 90).

Waddington (*Ibidem*) refere os estudos de autores como Stephens e Becker que referem que em vez de se enfatizar a função da polícia de “controlar” os cidadãos, o policiamento comunitário evidencia também a forma como a polícia também “cuida” destes, referindo os quatro elementos identificados por Bayley em 1994 – através do anacronismo CAMP - que caracterizam o policiamento comunitário: consulta à população local (*Consultation*); adaptação dos métodos policiais às condições locais (*Adaptation*); mobilização da população local e organizações que actuem contra o crime e desordens (*Mobilization*) e resolução de problemas (*Problem-solving*).

Nos anos 70 do século passado verificou-se uma reforma das polícias nas sociedades ocidentais, designadamente nos Estados Unidos da América e Reino Unido e em paralelo uma reforma das polícias na sua articulação com as redes de serviço social, dando origem aos primeiros programas de policiamento comunitário. Em alguns países da Europa esta abordagem foi caracterizada mais como um policiamento de proximidade, divergindo em alguns aspectos do policiamento comunitário. Um olhar mais aprofundado para as dinâmicas estruturantes associadas a estes dois tipos de policiamento, revela-nos porém que são dois modelos diferentes. Com efeito enquanto que no policiamento de proximidade, este tipo de policiamento reflecte mais a própria relação entre a polícia e o Estado em que as polícias definem as suas prioridades mantendo as suas estruturas. No caso do policiamento comunitário, o conceito “comunitário” implica uma partilha identitária entre a polícia e os parceiros de segurança, é “a qualidade do que é comum”, em que os acontecimentos locais levam as organizações policiais a transformarem-se (Waddington, 1999).

Na análise de Monjardet ao policiamento comunitário, o autor refere que é depois dos anos 60 do século passado nos Estados Unidos da América que a criminalidade e os motins urbanos colocam em causa os modelos de policiamento tradicionais (1996: 249), quer ao prevenção e dissuasão, quer ao nível do sentimento de insegurança. Foram nesta altura produzidos vários estudos de avaliação sobre a polícia e a procura de estratégias alternativas, das quais se destacam as que se enquadram no policiamento comunitário. O policiamento comunitário foi assim desenvolvendo-se a partir da discussão entre os dirigentes policiais e académicos, espalhando-se este tipo de policiamento por vários países enquanto um “iluminismo do pensamento policial” (Waddington, 1999:207). O estudos de Herman Goldstein e outros autores, nos EUA, entre os finais dos anos 70, década de 80 e 90 do séc.XX, conduziram ao “*problem oriented policing*” (POP), policiamento orientado para a resolução de problemas na comunidade, defendendo que a polícia em vez de se restringir aos sintomas das doenças sociais, crime e desordem pública, deveria dirigir a sua intervenção para as causas desses problemas sociais. Apesar das diferenças de terminologia entre “policiamento comunitário” e “policiamento orientado para a resolução de problemas”, ambos os modelos partilham bastantes afinidades podendo ser considerados o mesmo tipo de policiamento, uma vez que os problemas alvo são identificados pela comunidade, sendo os recursos da comunidade mobilizados para a sua resolução. Na mesma altura, em Inglaterra, este tipo de policiamento veio reverter a tendência que se manifestava de uma polícia dependente da tecnologia e o regresso a um estilo de policiamento mais voltado para as prioridades dos residentes locais (*Ibidem*). O objectivo foi o de contribuir para o aumento da inclusão social e integração da população e consequentemente para a prevenção da criminalidade através destas influências sociais positivas. Este policiamento implicou assim uma maior aproximação à população e envolvimento da população no debate sobre a lei e a ordem pública e à cooperação entre a polícia e com organizações a nível local.

Assim, comparativamente ao modelo de imposição da lei aos cidadãos, predominante até aos anos 60 do séc.XX, a abordagem de policiamento comunitário revela uma nova visão do mandato policial, ordem pública, paz e segurança passam a ser prioritárias face ao controlo criminal, que passa a ser considerado não como um fim em si mesmo, mas como um meio para se atingir um fim, neste caso a paz e segurança. É assim uma abordagem que considera que a garantia da tranquilidade pública é o primeiro dever da polícia (Waddington, 2007).

O policiamento comunitário como estratégia organizacional é ao mesmo tempo a realização da filosofia que visa a participação da comunidade num trabalho conjunto com a polícia, na procura de soluções para a criminalidade e na melhoria da qualidade de vida (Bondaruk e Souza, 2007). O policiamento comunitário encontra-se deste modo associado a uma filosofia de policiamento em que a polícia desenvolve métodos para comunicar de forma efectiva com diferentes etnias, articulando com instituições da comunidade e indivíduos e comunicando com as escolas, trabalhando os agentes com líderes da comunidade (Trojanowicz *et al*, 1975, cit. Ward, 1998:51).

Desta abordagem do policiamento ao método de resolução de problemas, existe posteriormente um alargamento para um policiamento orientado para os problemas (Goldstein, 1990, cit Ward, 1998:51), em que se defende que existe um maior equilíbrio entre o policiamento reactivo e preventivo, com maior recurso à comunidade. Segundo Ward, a abordagem de Goldstein salienta a importância da “investigação-acção”, designadamente a importância da reflexão, estudo e investigação, a documentação das metodologias utilizadas, dados utilizados, de forma a produzir melhorias nas práticas realizadas. Ward destaca algumas das recomendações de Goldstein para um policiamento orientado para a resolução de problemas, nomeadamente o foco em problemas substantivos como cerne do policiamento, definindo-os não como problemas policiais mas como problemas da comunidade, o documentar e analisar as respostas policiais, a pesquisa de formas alternativas e variadas de resposta a problemas recorrentes, mobilizando a comunidade nesse esforço, a partilha de conhecimento com a comunidade, o fortalecimento do processo de decisão e aumento da prestação de contas junto da comunidade, como a avaliação de resultados do relacionamento com a comunidade, nomeadamente através da avaliação pelas universidades.

Normandeau (1990, cit.Oliveira 1998) considera a polícia comunitária como um novo conceito “que propõe uma nova abordagem filosófica, organizacional e operacional da polícia no meio urbano, cujas ideias base residem no trabalho em parceria com a colectividade, no sentido de melhor gerir a criminalidade e que “a polícia comunitária reside na ideia segundo a qual a polícia obtém melhores resultados apoiando-se nas relações que ela consegue manter com a população, implicando nomeadamente, que a polícia não deve apenas concentrar as suas actividades no domínio da luta contra a criminalidade, a prioridade deve ser posta na resolução dos problemas que a população revela; no estabelecimento de uma parceria com o público e com os seus representantes que são convidados a exprimir as suas demandas; e ainda que essas parcerias se estabeleçam ao nível local”.

Monjardet (1996) refere que o policiamento comunitário traduz a vontade de uma renovação na relação entre a polícia e a população, através de uma orientação assente também em quatro princípios que articulam as orientações estratégicas do policiamento comunitário.

O primeiro, a descentralização organizacional e a reorientação das patrulhas com o objectivo de se facilitar a comunicação entre a polícia e o cidadão. Neste âmbito, destaca o papel das polícias municipais, que no caso francês são descentralizadas, chamando a atenção para o que

denomina por “inversão hierárquica”, que traduz o facto de as polícias não actuarem apenas de forma hierárquica de cima para baixo, mas que implica, no caso do policiamento comunitário, a delegação formal nos agentes de proximidade de autoridade a nível de decisão sobre o que necessitam para actuar eficazmente, designadamente, ou seja o reconhecimento da sua autonomia prática, da sua capacidade para tomarem eles próprios decisões sobre as prioridades locais, tais como os horários de trabalho melhor adaptados às situações locais e às necessidades da população, das suas organizações ou a da divisão interna de tarefas (*Ibidem*:252).

Um segundo princípio, de que a polícia comunitária desenvolve acções centradas na resolução de problemas (*problem-solving policing*), conceito criado por Goldstein, é uma abordagem em que a polícia em vez de passar o tempo a tratar pontualmente os incidentes, concentra-se nas suas causas, permitindo perceber a parte que compete à polícia e o que é da responsabilidade de outros serviços.

Um terceiro princípio, traduz que a polícia comunitária necessita que os polícias, assim que definam os problemas locais e as suas estratégias de resposta, sejam atentos às prioridades dos cidadãos. Nos locais onde se espalha o sentimento de insegurança não está directamente associado a actos delinquentes, mas a incivildades e desordens que se constituem como um sinal de que o controlo social não está a funcionar, que a autoridade não é respeitada e que as regras mínimas de vida em conjunto são desconhecidas. Estas incivildades que são a “espiral do declínio”, retratada no “*Broken Windows*” de Wilson e Kelling, que Monjardet classifica também como uma espiral de afastamento, de desconhecimento e de desconfiança”, entre a Polícia e a população, na medida em que por um lado para uma polícia mais tradicional as incivildades e desordens nem sempre justificam a sua intervenção, o que gera na população um sentimento de que não podem contar com a polícia, havendo assim um desconhecimento progressivo da polícia sobre o que se passa realmente no bairro e o que preocupa os cidadãos (Monjardet, 1996, 253).

A polícia comunitária reconhecer que a segurança não é da sua competência exclusiva, mas que deverá ser coproduzida com a população é o quarto princípio, pelo que deverá apoiar as associações locais, associando-se a programas de prevenção na comunidade e outros existentes na comunidade. A literatura sobre o policiamento comunitário permite-nos identificar como traços principais deste modelo, que se trata de um modelo de policiamento, que implica que a polícia reconheça que a segurança não é da sua exclusiva competência, mas que é co-produzida em articulação com a população local (Quadro 2.2). Neste sentido, é um modelo que implica o envolvimento de outras organizações da comunidade, nomeadamente programas de prevenção (Skogan, 1994/1998; Monjardet, 1996).

O policiamento Comunitário implica que a Polícia seja receptiva às necessidades expressas pela comunidade que serve (Skogan, 1990). Segundo Skogan, tal será conseguido através de mudanças organizacionais que abram os departamentos para acolherem os contributos da população relativamente às suas prioridades e procedimentos, numa perspectiva de orientação para a resolução dos problemas que são identificados. Goldstein refere que os traços de personalidade são muito importantes num polícia, sugerindo que o recrutamento dos polícias deveria ter uma componente subjectiva e objectiva em que a sua formação deveria abordar técnicas de resolução de problemas, sendo-lhes dado tempo para o treino destas técnicas, defendendo que os polícias deveriam ter oportunidade de permanecerem na sua comunidade, mantendo o mesmo turno de trabalho, de modo a promover a sua aproximação à população (Goldstein cit. Ward, 1998:52).

Quadro 2.2 – Características do policiamento comunitário (Adaptado de: Oliveira, 1998; Bondaruk e Souza, 2007)

Dimensões objectivas	Princípios de acção	Práticas policiais esperadas	
Orientação estratégica	Responsabilidade partilhada pela segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento por parte da polícia que a segurança não é da sua exclusiva competência</li> <li>• A segurança deve ser coproduzida com a população local</li> <li>• A polícia é apenas um dos organismos responsável pela melhoria da qualidade de vida</li> </ul>	
	Papel das estruturas de Comando	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver valores organizacionais e não apenas fazer cumprir os regulamentos e emitir directivas</li> <li>• Valorização do sentimento de comunidade enquanto forma simples e criativa para a resolução de problemas comunitários</li> <li>• Mudança na forma de se encarar o papel da polícia dentro da comunidade e no atendimento dos cidadãos</li> </ul>	
	Papel dos agentes do policiamento comunitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia e capacidade para definirem prioridades locais e horários de trabalho adaptados às necessidades dos cidadãos</li> <li>• Atitude pró-activa (prevê e antecipa-se, circunscrevendo os problemas relativos ao crime e às desordens a nível local)</li> <li>• Os agentes de polícia são sobretudo generalistas, mais do que especialistas</li> <li>• Envolvimento dos policias nos problemas dos cidadãos</li> <li>• Os agentes de polícia devem ser agentes da paz e não apenas representantes da ordem pública encarregues de impedir infracções</li> </ul>	
	Estratégia de actuação policial	Preventiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenção que privilegia a actuação preventiva face à reactiva</li> <li>• Apoio às populações locais no sentido da resolução de problemas ligados à delinquência, através de organizações de proximidade e programas de prevenção</li> <li>• Adopção de programas de acção de desenvolvimento social a longo prazo</li> <li>• Táticas orientadas para a protecção de grupos vulneráveis e de diminuição da motivação de potenciais infractores</li> <li>• A criação de programas de prevenção com vista à redução dos medos de vitimação, sobretudo entre os jovens, pessoas idosas e outros grupos vulneráveis da sociedade</li> </ul>
		Resolução de problemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acções centradas na resolução de problemas de curto e longo prazo</li> <li>• Estratégia policial em torno dos problemas criminais e das desordens de forma a apurar as suas causas</li> <li>• Táticas preventivas, orientadas para as causas dos problemas e elaboradas em função do problema</li> <li>• Abordagem mais alargada na resolução dos problemas (e não apenas na detecção e resolução dos crimes)</li> <li>• Prioridades centradas nos problemas/desordens que provoquem, distúrbios na comunidade</li> <li>• Ampliação das relações polícia-comunidade, designadamente junto dos grupos mais vulneráveis</li> <li>• São definidos os “hotspots”</li> <li>• Fixação dos agentes a determinados espaços geográficos</li> </ul>
		Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação da comunidade</li> <li>• Cooperação com outros organismos de controlo social no sentido de favorecer parcerias estratégicas e uma repartição de tarefas mais eficiente</li> <li>• Participação em grupos comunitários</li> <li>• Patrulhamento apeado</li> <li>• Relação de confiança estabelecida e fortalecida aos poucos entre os cidadãos/comunidade e a polícia</li> </ul>

Quadro 2.2 – Características do policiamento comunitário (Adaptado de: Oliveira, 1998; Bondaruk e Souza, 2007) (cont.)

Dimensões objectivas	Princípios de acção	Práticas policiais esperadas
<b>Modelo organizacional</b>	Descentralização organizacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delegação formal nos polícias que trabalham a nível local</li> <li>• A descentralização das responsabilidades e a distribuição dos recursos visando fornecer aos agentes de base uma primeira linha de responsabilidade e de autonomia para empreenderem actividades policiais no seu nível territorial</li> <li>• O modelo de organização hierárquico e paramilitar cede lugar a um sistema mais simples onde os polícias de primeira linha representam o sector mais importante da organização</li> <li>• Autonomia e capacidade das equipas definirem as prioridades locais</li> <li>• Afectação dos agentes a sectores precisos / sectorização das patrulhas</li> <li>• Horários de trabalho flexíveis</li> <li>• Os agentes ficam responsáveis por todos os problemas associados ao crime e às desordens que ocorrem no seu bairro/sector</li> </ul>
<b>Planeamento operacional</b>	Participativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de um sistema de vigilância e de previsões que faz apelo à participação da comunidade local</li> <li>• Decisão conjunta sobre os locais e horários do policiamento</li> </ul>
<b>Sistema de informação e de comunicação</b>	Interactividade da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O sucesso da polícia depende do modo como o pessoal policial gere a informação</li> <li>• A boa gestão da informação alcança-se através do princípio da polícia interactiva, que de forma regular e recíproca troca informações com os membros da comunidade através de contactos e redes oficiais</li> <li>• As informações mais importantes são as relacionadas com os indivíduos/grupos criminosos</li> <li>•</li> </ul>
	Reorientação das patrulhas para a comunicação polícia-cidadão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consulta permanente à comunidade, estabelecendo programas de acção adaptados às necessidades locais</li> <li>• A polícia recorre a todos os meios no sentido de melhorar os contactos com os cidadãos</li> <li>• Coordenar um canal de comunicação com a comunidade</li> <li>• As solicitações dos cidadãos são vistas como vitais e de grande oportunidade</li> </ul>

O policiamento comunitário não se focaliza apenas nos problemas de desordens, mas quando estas são sentidas como prioritárias por parte da população. Skogan através da análise dos contributos académicos de Herman Goldstein, Jerome Skolnick, David Bayley, Molly Weatheritt, Lawrence Sherman e George Kelling, considera o policiamento comunitário é guiado por vários princípios de acção. Por um lado, assume um compromisso de focalização no policiamento orientada para os problemas: uma mudança de orientação do combate ao crime para a resolução de problemas. Assenta num acordo entre a polícia e os cidadãos; a organização descentralizada e uma reorientação de táticas de patrulhamento mais informais, com dois canais de comunicação entre a polícia e os cidadãos. Implica que as patrulhas sejam reorganizadas de modo a permitirem oportunidades aos cidadãos que entrem em contacto com a polícia em circunstâncias normais, que facilitem a passagem de informação de e para a organização.

Neste sentido, a melhoria do relacionamento com a polícia torna-se um dos objectivos primordiais do policiamento comunitário, pelo que se privilegia o patrulhamento apeado e a participação em reuniões da comunidade (Skogan, 1991). Por outro lado, o policiamento comunitário requer que a polícia dê resposta às necessidades da população, face aos problemas identificados e priorizados na comunidade, pelo que exige por parte dos agentes empenhamento e criatividade na gestão dos meios que têm ao seu dispor para ajudar a comunidade, bem como a qualidade dessa resposta, de forma a assegurar-se de que alguma coisa seja feita.

Por último, considera que o policiamento comunitário implica um compromisso de ajudar a comunidade a ajudar-se a si própria, enquanto catalisador da organização local e dos esforços na educação. Parte-se assim do princípio que a polícia sozinha não pode gerar ou manter as comunidades a salvo. A polícia necessita de pôr em prática esforços de voluntariado local para a prevenção de desordens e de crimes. Nesse sentido a polícia ajuda dando suporte, continuidade e legitimidade aos esforços da comunidade.

Segundo Monjardet os resultados de vários estudos iniciais sobre este tipo de policiamento, sugeriram que embora o patrulhamento apeado não reduzisse o crime, reduzia o sentimento de medo face ao crime, vendo os residentes as suas comunidades como espaços mais seguros e melhores para viverem, bem como uma maior satisfação com os serviços policiais (Kelling *et al*, 1974 cit. Monjardet, 1996)<sup>9</sup>. As conclusões reforçaram a crença de que os cidadãos respondem favoravelmente ao contacto frequente e informal por parte dos agentes, sendo que esses contactos frequentes com os cidadãos permitiam a recolha de um acervo de informação sobre a comunidade crucial para a polícia se pretender controlar o crime e manter a ordem pública. Apesar do policiamento apeado não ter revelado efeitos na diminuição das taxas de crime registadas, os resultados dos estudos salientam que o facto de os cidadãos também se sentirem inseguros com as desordens e comportamentos não criminais, as incivildades, estas exercer uma grande impacto na sua qualidade de vida nas cidades.

A avaliação de vários programas de policiamento comunitário nos EUA e no Canadá chegam a uma conclusão geral e consensual que não existem resultados massivos e unívocos identificáveis, que permitam falar de sucesso e nem de fracasso. Apesar de aparentemente não se poder atribuir ao policiamento comunitário um efeito positivo mensurável sobre as taxas de

---

<sup>9</sup> Ver *The Kansas Cirty Preventive Patrol Experiment*, disponível em: <http://www.policefoundation.org/pdf/kcppe.pdf> e *The Newark Foot Patrol Experiment* em <http://www.policefoundation.org/pdf/problemanalysisinpolicing.pdf>

delinquência, constata-se em certos casos uma melhoria do relacionamento entre a polícia e a população (Monjardet, 1996, 254).

Para Monjardet o próprio conceito de policiamento comunitário levanta algumas questões. Em caso de populações heterogêneas a polícia poderá ajudar os grupos dominantes a reprimir os grupos dominados? Todos os cidadãos têm a mesma oportunidade e acesso à participação? A aproximação entre a polícia e a população poderá levar a casos de corrupção? Monjardet sugere que este policiamento não deverá ser vista como uma panaceia, mas como detentor de um enorme potencial de mudança, referindo que a polícia não muda do interior ou do exterior, mas quando há uma aliança entre o interior e o exterior, quando o exterior pode transpor o interior e em todas as suas protecções, na opacidade, na inércia, nos interesses e na cultura profissional (*Ibidem*: 256).

São apresentadas como vulnerabilidades do modelo a inexistência de estudos consistentes que comprovem efectivamente o sucesso do policiamento comunitário. Porém, as práticas e contributos teóricos conhecidos, sugerem que a sua principal potencialidade parece residir na capacidade de diálogo e articulação entre as organizações formais e informais que actuam na comunidade, em que a maior aproximação entre a polícia e os cidadãos, permite melhorar o conhecimento da polícia sobre os crimes e potenciais comportamentos criminais na comunidade, podendo esses sistemas de informação ter um impacto positivo a longo prazo.

### **2.3 O policiamento comunitário na Polícia Municipal de Lisboa.**

A criação das policiais municipais<sup>10</sup>, enquanto instrumento de territorialização da segurança, surge uma complementaridade na área da segurança entre o estado central e os municípios, no sentido de em conjunto procurando dar uma maior segurança e tranquilidade junto da comunidade.

De acordo com o parecer de 2008 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da Republica<sup>11</sup>, sobre as polícias municipais, é descrito que nos “*termos do artigo 237, n.º 3, da Constituição da República, as polícias municipais cooperam na manutenção da tranquilidade pública e na protecção das comunidades locais, exercendo, em cooperação com as forças de segurança, funções de segurança pública nos domínios contemplados no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 19/2004*” ou seja, na vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas, na vigilância nos transportes urbanos locais, na intervenção em programas destinados à acção das polícias junto das escolas ou de grupos específicos de cidadãos, na guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, ou outros temporariamente à sua responsabilidade e, na regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal.

Clemente refere que em Portugal a emergência das polícias municipais é enquadrada na necessidade de policiamento de proximidade, designadamente junto dos munícipes em situação de maior vulnerabilidade social” (Clemente, 2006: 104).

---

<sup>10</sup> Lei 19/2004, de 20 de Maio

<sup>11</sup> Ver parecer de 2008 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da Republica, disponível em: <http://www.dgsi.pt/pgpr.nsf/0/6484b1fdad517dc080257419003e00ab?OpenDocument>



No mesmo parecer é referido que “muito embora as polícias municipais não possam caracterizar-se como forças de segurança (...) a caracterização como matéria de segurança pública, logo também de segurança interna, das tarefas que possam ser realizadas no âmbito da protecção das comunidades locais e da garantia da tranquilidade (...) como contributo para a protecção de pessoas e bens, e para a paz e repouso “da cidade”, estas funções de polícia participam de uma ideia de segurança pública” (Castro cit. PGR: 340-341).<sup>12</sup>

As polícias municipais de Lisboa e do Porto, são um caso particular no caso português, na medida que são as únicas polícias municipais que são compostas por elementos da Polícia de Segurança Pública (PSP). No caso da Polícia Municipal de Lisboa, criada nos finais do séc.XIX<sup>13</sup>, considera-se nessa altura que “os agentes dessa polícia, pelas funções especiais que lhes cabem, não só na repressão das faltas de cumprimento das posturas municipais, mas especialmente como assíduos orientadores dos costumes da população, com respeito a serviços municipais” (Polícia Municipal de Lisboa, 2001:23).

A Polícia Municipal de Lisboa, é assim constituída por um corpo policial (oficiais e agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) requisitados pela Câmara Municipal de Lisboa) e por um corpo civil (trabalhadores da Câmara Municipal), que tem por missão genérica todas as atribuições cometidas à PSP e, a fiscalização do cumprimento de toda a legislação municipal e nacional no Município de Lisboa.

Para além das suas funções de fiscalização, a Polícia Municipal de Lisboa, a partir de 2007, iniciou a implementação de uma estratégia de policiamento de maior proximidade ao cidadão. Inspirados no modelo de policiamento comunitário e, com uma vertente de actuação primordialmente preventiva, é iniciado em Novembro de 2007 o policiamento “Baixa-Chiado Mais Seguros”<sup>14</sup>. Este policiamento apresenta nos seus objectivos a melhoria da segurança e da mobilidade numa das principais zonas comerciais e turísticas da cidade de Lisboa, contribuindo para a manutenção da tranquilidade pública no local. A estratégia de intervenção adoptada é fruto de uma articulação com representantes dos comerciantes da zona, sendo realizada através do recurso a veículos eléctricos (*segways* e quadriciclos), no sentido de permitirem uma maior visibilidade dos agentes, facilitando a sua localização e contacto com os cidadãos. Em 2008, os resultados de um inquérito aplicado aos comerciantes da Baixa (Polícia Municipal de Lisboa, 2009), sobre as principais mudanças sentidas com o policiamento, são referidos que comparativamente ao ano de 2007, constatam-se a maior proximidade dos agentes ao cidadão (maior diálogo), a maior visibilidade dos polícias, a melhoria do trânsito, menos carteiristas, a diminuição dos assaltos e maior sentimento de segurança, poré, apesar do aumento da quantidade de agentes, foi referido que não eram patrulhadas as áreas mais críticas.

---

<sup>12</sup>Ver Parecer da Procuradoria Geral da República sobre as Polícias Municipais em:

<http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/0/6484b1fdad517dc080257419003e00ab?OpenDocument>

<sup>13</sup> A criação da PML remonta a 12 de Setembro de 1891, data em que foi recebido na Câmara Municipal de Lisboa o ofício nº2045/1891, do Governador Civil do Distrito de Lisboa que colocava na autarquia dois guardas do Corpo da Polícia Cívica de Lisboa com a missão de evitar descatos na frequência dos serviços municipais. Foi na sessão camarária de 23 de Julho de 1931, com a proposta de organização da Polícia Municipal com um corpo de efectivos recrutados entre os agentes da Polícia Cívica e dirigida por um oficial do exército que deu origem à actual Polícia Municipal .

<sup>14</sup> Os projectos começaram por designar-se como de “policiamento de proximidade” e só a partir de 2009 passaram a ter a designação de “policiamento comunitário”.

No seguimento deste primeiro policiamento é posteriormente iniciado em Dezembro de 2008, o Policiamento “Alvalade Mais Seguro”<sup>15</sup>, visando a melhoria das condições de mobilidade e de segurança num território de cariz fortemente comercial e residencial, que abarca as freguesias de São João de Deus, Alvalade, Campo Grande e São João de Brito. O policiamento comunitário é realizado no percurso entre a Avenida Guerra Junqueiro, Praça de Londres, Avenida de Roma e Avenida de Igreja. À semelhança do policiamento na zona da Baixa e Chiado, também o policiamento é realizado com o recurso a veículos eléctricos.

Em 2009 os projectos de policiamento de proximidade passaram a designar-se por policiamento comunitário, reflectindo uma intencionalidade da Polícia Municipal em procurar estabelecer uma maior aproximação à população. A estratégia definida encontra-se alicerçada nos objectivos estratégicos plasmados no Plano Estratégico 2007-2009, em que a visão estratégica é apresentada visando o “(...) aumento da eficácia na prevenção e no combate à criminalidade e às incivildades, adoptando medidas direccionadas para o desenvolvimento de uma segurança pro-activa e não reactiva e procurando dinamizar e consolidar ligações entre a instituição e os seus agentes com as comunidades locais” (PML, 2009: 12). A partir deste ano, a Polícia Municipal de Lisboa ao introduzir uma nova estratégia no âmbito do policiamento comunitário e no sentido de alargar o policiamento comunitário a outros territórios da cidade, começa a participar em redes comunitárias, visando a definição de estratégias de intervenção concertadas com a própria comunidade. Também a partir de 2009, a Polícia Municipal passa a integrar o Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL), constituído por várias instituições (Associações de Base Local, ONG’s, IPSS, Associações de Moradores e Serviços do Município de Lisboa), visando a implementação no território de um novo projecto de policiamento comunitário, construído de raiz com a participação da comunidade local. Neste contexto, foi criado um grupo de trabalho específico para o planeamento deste policiamento, o Grupo de Segurança do GCAL, que conjuntamente com a Polícia Municipal e, através de encontros de trabalho e de grupos focais com a população, identifica as zonas problemáticas prioritárias, perímetros para os giros (percursos a realizar pelos agentes), perfil das equipas de policiamento e horários de actuação considerados mais adequados ao território da Alta de Lisboa.

---

<sup>15</sup> Ver policiamento comunitário “QAlvalade mais seguro”, disponível em: <http://pm.cm-lisboa.pt/conteudos/menu-principal/areas-de-intervencao/policiamento-comunitario.html>

## Capítulo 3: A participação no contexto do policiamento comunitário “Alvalade mais seguro”

### 3.1 Questões de partida, objectivos e hipóteses.

Se os modelos de policiamento comunitário implicam uma participação dos cidadãos, em que medida estão os cidadãos disponíveis para participar na construção da segurança em articulação com as polícias? O que facilita e/ou limita essa participação? Procurando-se conhecer as respostas a estas questões, a investigação irá procurar analisar as motivações, atitudes e comportamentos face à participação na segurança, no contexto de um dos projectos de policiamento comunitário realizado pela Polícia Municipal de Lisboa, o Projecto “Alvalade mais Seguro”. Partindo do pressuposto que o policiamento comunitário, como os estudos sobre as práticas policiais sugerem, implica a participação dos cidadãos na construção da segurança num determinado território e, que os estudos sobre cidadania, sugerem que a urbanidade, o capital social e a confiança nas instituições, são variáveis importantes para a análise da participação, procurar-se-à conhecer em que medida estas variáveis poderão mobilizar os cidadãos para serem co-produtores da segurança do espaço onde vivem e/ou trabalham e em que medida estão os cidadãos dispostos a participar na construção da segurança em articulação com as polícias. Pretende-se assim identificar os factores que poderão potenciar ou condicionar a participação dos cidadãos na segurança a nível local, através de 3 objectivos específicos:

**Objectivo 1.** Identificar diferentes perfis de participação dos cidadãos na segurança a nível local. Este objectivo parte do pressuposto que os cidadãos não são todos iguais e que participam de diferentes formas na segurança a nível local consoante as suas motivações (valores, crenças e atitudes). Sabe-se que há formas diferentes formas que vão da apatia à participação activa na segurança, porém, pretende-se perceber se existem algumas características específicas que permitam identificar um perfil de participação.

*Hipótese 1: Quanto maior for nível de escolaridade e de rendimento dos indivíduos, maior será o acesso a canais de participação e conseqüentemente a uma maior participação na segurança a nível local.*

**Objectivo 2.** Analisar a influência do capital social nas atitudes e comportamentos de participação na segurança pelos cidadãos. Os estudos sobre cidadania sugerem que a participação cívica é maior quanto maior for o capital social e a confiança nas instituições.

*Hipótese 2: Quanto maior for o capital social dos indivíduos maior a sua participação na segurança a nível local.*

**Objectivo 3.** Analisar o impacto das práticas de policiamento comunitário nas atitudes e comportamentos de participação na segurança dos cidadãos. Este objectivo parte do pressuposto que as práticas de policiamento inspiradas em modelos de policiamento comunitário, contribuem para uma maior participação dos cidadãos na segurança a nível local.

*Hipótese 3: Os indivíduos que manifestam maior confiança nas instituições policiais, tendem a apresentar uma atitude mais favorável à participação dos cidadãos na segurança a nível local.*

*Hipótese 4: Quanto maior for a satisfação com o desempenho dos agentes do policiamento comunitário, maior será a importância atribuída à participação dos cidadãos na construção da segurança a nível local.*

### 3.2 Estratégia metodológica e selecção das técnicas

Com o objectivo de se recolher dados de suporte à construção da problemática, do modelo de análise e da elaboração das hipóteses de investigação, foi realizada a análise bibliográfica relativa aos percursos teóricos na área do policiamento comunitário e da cidadania, procurando-se identificar as principais perspectivas utilizadas para definir os conceitos de policiamento comunitário e de participação dos cidadãos, procurando-se identificar as variáveis mais pertinentes para a análise.

Neste sentido, foram realizadas entrevistas exploratórias, procurando-se alargar e rectificar o campo de investigação analisado nas leituras já realizadas. As entrevistas foram realizadas junto de informantes privilegiados, no sentido de se visualizar e compreender em maior profundidade o campo de análise sobre o tema de investigação e identificar eventuais linhas alternativas de pensamento que ainda não tenham sido abordadas.

De modo a minimizar riscos de desvio pelos inquiridos, a metodologia das entrevistas foi baseada no método proposto por Carl Rogers (Cf. Quivy, 2008: 72). Procurou-se nesta etapa recolher informação que contribuísse para a definição da técnica mais adequada para a recolha dos dados na etapa de observação.

Através da análise de conteúdo das entrevistas exploratórias, foram identificados os vectores a incluir no instrumento de observação. Foram também analisados como dados secundários alguns relatórios de ocorrências elaborados pelas equipas de policiamento comunitário que actuam na zona de Alvalade, bem como as denúncias e informações recebidas na Polícia Municipal. O tratamento dessa informação permitiu identificar as principais formas dos cidadãos participarem as ocorrências e os principais tipos de problemas participados. Foram também recolhidos junto dos serviços da CML informações relativamente à caracterização dos estabelecimentos comerciais situados na zona alvo do policiamento comunitário - Avenida Guerra Junqueiro, Praça de Londres, Avenida de Roma e Avenida de Igreja.

Com base na informação recolhida, optou-se então pela utilização de um inquérito por questionário a aplicar aos comerciantes na zona (de preenchimento mais rápido para um grupo profissional que apresenta uma disponibilidade de tempo limitada a intervalos de tempo em que não está a realizar o atendimento ao público).

Deste modo, a recolha dos dados foi realizada através da aplicação de um inquérito por questionário estruturado de administração directa<sup>16</sup>, precedido de pré-teste, que por revelar-se muito moroso e gerando dificuldades de interpretação em algumas perguntas, foi modificado ao nível da formulação das perguntas, das escalas utilizadas e na diminuição do número variáveis. Ainda nesta fase, foi elaborado um *Codebook* enquanto instrumento de suporte ao posterior tratamento dos dados do questionário e orientadar na fase de se testar as hipóteses da pesquisa.

### 3.3 Modelo de análise

Apresenta-se de seguida o modelo de análise da investigação (Quadro 3.1), sendo apresentada a sua modelização na Figura 5.

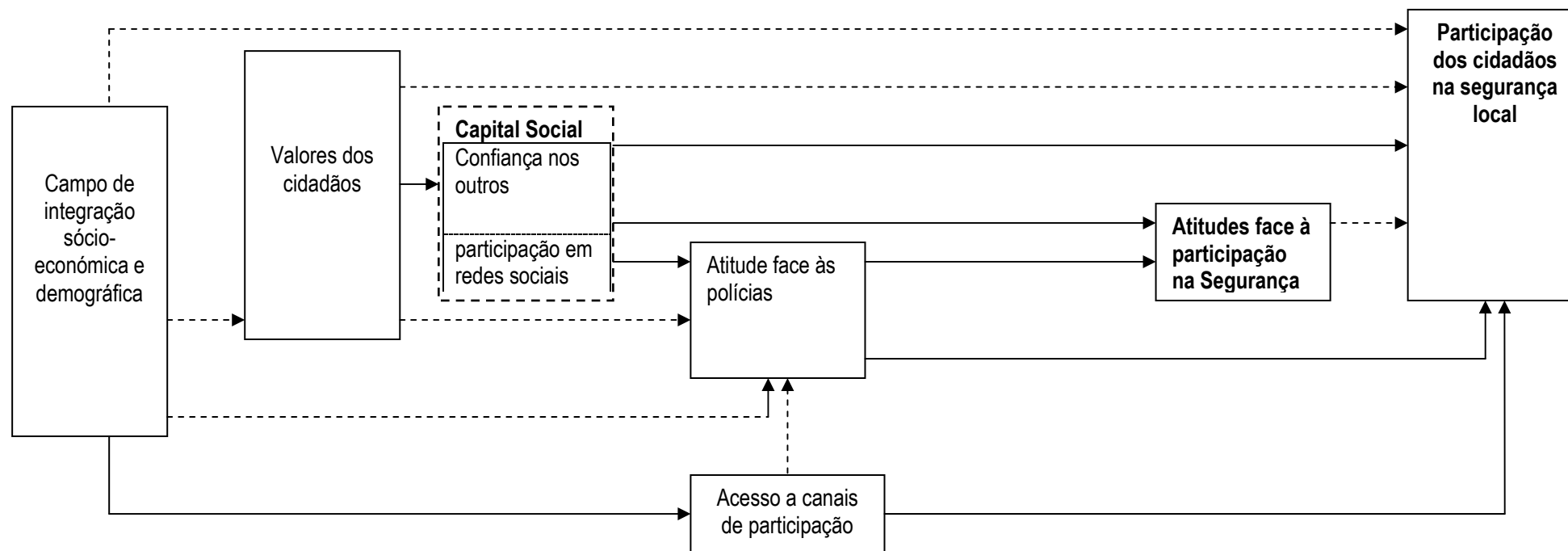
---

<sup>16</sup> Ver anexo A.

Quadro 3.1 – Modelo de análise - Participação dos cidadãos na segurança a nível local

Variáveis	DIMENSÕES EXPLICATIVAS								Atitudes e práticas de participação	
	Campo de integração sócio-cultural		Valores, atitudes e comportamentos cívicos e políticos							
Indicadores	Sócio-demográficas	Sócio-culturais	Tipo de valores	Atitudes face à segurança	Confiança nas instituições	Confiança e participação cívica		Atitude face às polícias	Atitudes face à participação	Comportamentos de participação
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Idade</li> <li>Sexo</li> <li>Estado civil</li> <li>Filhos</li> <li>Local de residência</li> <li>Habilitações literárias</li> <li>Situação na profissão</li> <li>Tipo estabelecimento de trabalho</li> <li>Rendimento mensal</li> <li>Prática religiosa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leitura jornais</li> <li>Ver telejornais</li> <li>Conversar/ler sobre problemas de segurança</li> <li>Antiguidade no território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valores materialistas</li> <li>Valores pós-materialistas</li> <li>altruístas</li> <li>instrumentais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sentimento de segurança</li> <li>Locais sentidos como inseguros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Confiança nas instituições públicas</li> <li>Confiança nas instituições públicas a nível local</li> </ul>	<b>Capital Social:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pertença a redes sociais de compromisso cívico</li> <li>Confiança nos outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prática de voluntariado</li> <li>Participação eleitoral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Importância atribuída à actuação policial</li> <li>Importância atribuída ao perfil dos agentes</li> <li>Confiança nas instituições policiais</li> <li>Conhecimento do policiamento comunitário</li> <li>Fonte de conhecimento</li> <li>Satisfação com desempenho da Polícia Municipal</li> <li>Avaliação do policiamento comunitário</li> <li>Acesso a canais de participação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Importância atribuída à participação dos cidadãos na segurança</li> <li>Responsabilidade da segurança</li> <li>Importância atribuída às formas de participação</li> <li>Disponibilidade para a participação</li> <li>Motivos contactos</li> </ul>

Figura 5 – Modelo de análise – Variáveis explicativas da participação dos cidadãos na segurança a nível local.



### 3.4 Recolha e tratamento dos dados

Com base no universo dos estabelecimentos comerciais de venda a retalho e de restauração identificados na zona de implementação do policiamento comunitário “Alvalade mais seguro” (Quadro 3.2), foi realizada a divisão dos elementos do universo por estratos, sendo a amostra estratificada por tipo de estabelecimento e localização geográfica. Com recurso ao programa de análise estatística *SPSS Statistics 17.0* foram seleccionados aleatoriamente os estabelecimentos comerciais dentro dos estratos criados.

Foi recolhida uma amostra de 171 questionários validados, preenchidos pelos comerciantes e recolhidos nos estabelecimentos comerciais previamente seleccionados, ao longo de um período de aproximadamente três semanas. A taxa média de resposta no total foi de 51,3%.

Após a aplicação e inserção dos dados<sup>17</sup>, procedeu-se à análise dos resultados. Os dados foram recolhidos junto dos comerciantes, com vista à obtenção de informação relativa à sua opinião face à participação dos cidadãos na segurança a nível local e de informação de carácter individual que permitisse começar a identificar perfis diferenciados face ao tema.

### 3.5 Caracterização da amostra

A amostra é composta por 171 trabalhadores na actividade de comércio de produtos de retalho (89,5 %) e de restauração (10,5%), sendo 68,4% do sexo feminino e 31% do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 78 anos de idade (Quadro 3.3), apresentando uma média de 42,8 anos.

Quadro 3.2 – Distribuição da amostra por tipo de estabelecimento

Estabelecimentos comerciais de venda de produtos a retalho e de restauração	Universo	Localização geográfica								Amostra	% resposta
		Av.Roma		Av.Igreja		Av.Guerra Junq.		Pç Londres			
		N	Amostra	N	Amostra	N	Amostra	N	Amostra		
Ourivesaria	19	10	6	5	1	1	1	3	2	10	52,6
Artigos lar	41	26	8	8	8	5	2	2	0	18	43,9
Bijuteria	13	7	8	4	1	-	-	2	1	10	76,9
Telecomunicações	6	4	3	2	2	-	-	-	-	5	83,3
Flores e Plantas	5	2	1	1	0	1	0	1	1	2	40,0
Jornais, Revistas e Papelaria	22	13	5	5	0	1	2	3	1	8	36,4
Livraria	3	3	2	-	-	-	-	-	-	2	66,7
Artigos viagem/Marroquinaria	7	3	1	2	1	1	1	1	0	3	42,9
Material óptico/fotográfico	10	3	2	5	2	1	1	1	1	6	60,0
Produtos alimentares	10	4	1	5	1	1	2	-	-	4	40,0
Produtos cosméticos/higiéne	13	7	5	3	1	3	2	-	-	8	61,5
Produtos farmacêuticos	14	6	8	6	3	2	1	-	-	12	85,7
Vestuário/calçado	145	79	26	31	10	27	15	8	7	58	40,0
Pastelaria/café	28	13	10	7	2	7	3	1	0	15	53,6
Restaurantes	30	22	1	7	2	1	0	-	-	3	10,0
Vários	26	9	6	4	1	1	0	-	-	7	26,9
<b>Total</b>	<b>392</b>	<b>211</b>	<b>93</b>	<b>95</b>	<b>35</b>	<b>52</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>13</b>	<b>171</b>	<b>51,3</b>

Fonte (universo dos estabelecimentos): Câmara Municipal de Lisboa, 2009

<sup>17</sup> Software *SPSS Statistics 17.0*.

Relativamente à situação profissional, 39,2% são empregados de balcão, 29,2% são gerentes/encarregados e 29,2% são proprietários/sócio-gerentes, correspondendo o total dos indivíduos com maior antiguidade no território (entre 1952 e 1999) a 39% do total dos que responderam a esta questão (146). A distribuição dos indivíduos por habilitações literárias e rendimento é apresentada no Quadro 3.4.

Quadro 3.3 - Grupo etário

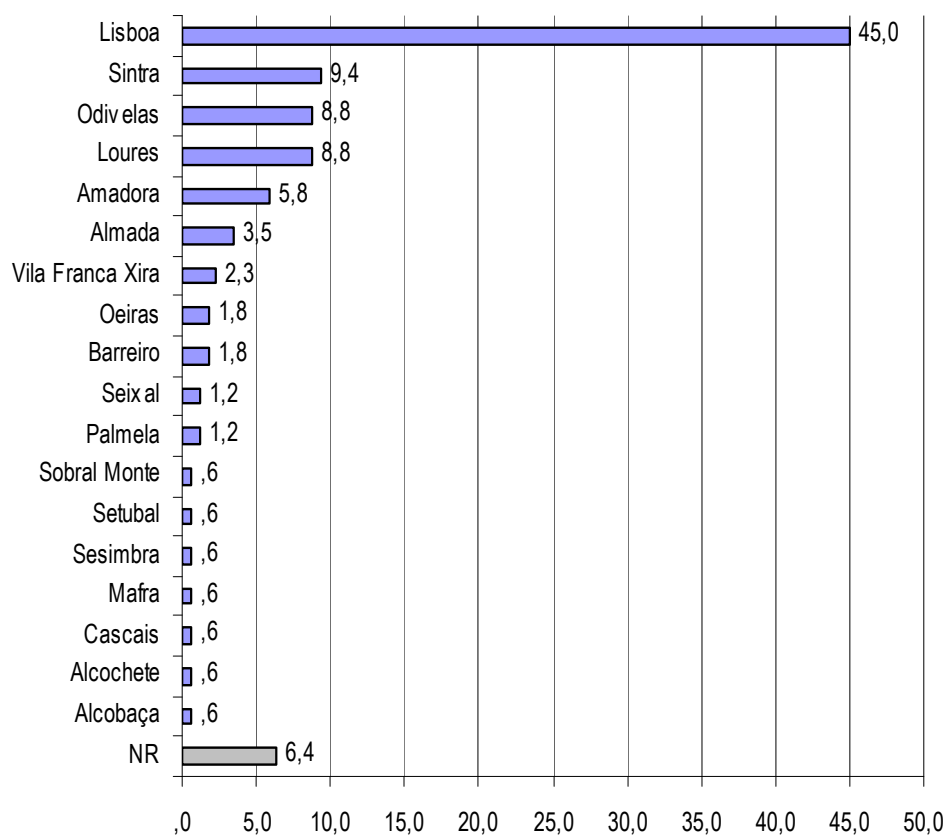
	N	%
18-20 anos	2	1,2
20-34 anos	51	29,8
35-49 anos	64	37,4
50-64 anos	34	19,9
65 + anos	12	7,0
NR	8	4,7
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Quadro 3.4 - Habilitações literárias por Rendimento (mensal)

	Menos de 500€	500€ a 1.500€	Mais de 1.500€	Total	%
1º Ciclo EB	7	14	0	21	14,5
2º Ciclo EB	6	30	1	37	25,5
3º Ciclo EB	7	17	1	25	17,2
Ensino Secundário	6	21	0	27	16,6
Bachar./Licenciatura	1	25	5	31	21,4
Mestr./Dout./Pós-dout.	0	2	2	4	2,8
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>109</b>	<b>9</b>	<b>145</b>	<b>100</b>
%	18,6	75,2	6,2		100

Quanto à localização da residência, cerca de 45% dos indivíduos vivem e trabalham em Lisboa e 48,5% em concelhos limitrofes (Figura 6).

Figura 6 – Concelho de residência





### 3.6. Resultados

#### 3.6.1 Valores dos indivíduos e participação na segurança

Não sendo os cidadãos iguais e podendo participar de diferentes formas na segurança a nível local, consoante as suas motivações (valores, crenças e atitudes), procurou-se identificar o tipo de valores apresentados pelos indivíduos que participam na segurança. De acordo com os dois grupos de valores apresentados por Inglehart (1977), *valores materialistas* (associados a necessidades básicas) e *valores pós-materialistas* (associados a preocupações com a qualidade de vida), quanto maior for o desenvolvimento sociocultural de um país, maior será a preponderância dos valores pós-materialistas face ao materialistas (Cabral *et al*, 2001).

O questionário aplicado neste estudo, apresentava uma bateria de quatro indicadores para aferir a tendência materialista (“manter a ordem no país” e “combater o aumento dos preços”), ou pós-materialistas dos indivíduos (“dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do governo” e “defender a liberdade de expressão”). A observação revelou (Quadro 3.5) que do total de indivíduos que referiram participar na segurança (63,2%), cerca de 23,1% afirmaram ser mais importante “manter a ordem no país” e “combater o aumento dos preços”(valores materialistas) e, 10,2% referiram valores pós-materialistas (“dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do governo” e defender a liberdade de expressão”). Os restantes indivíduos (66,7%) referiram valores mistos, compostos por valores materialistas e pós-materialistas (Quadro 3.6).

Quadro 3.5 - Participação na Segurança

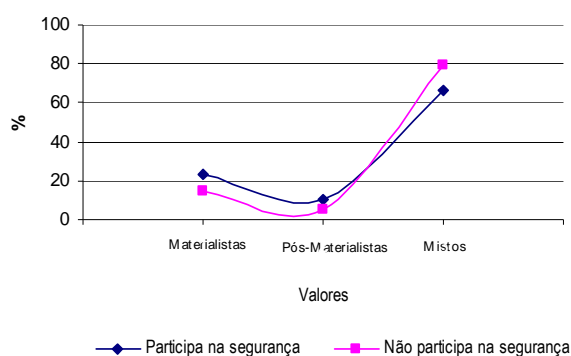
	N	%
Participa na segurança	108	63,2
Não participa na segurança	54	31,6
NR	9	5,3
Total	171	100,0

Quadro 3.6 - Tipo de Valores de quem participa

	N	%
Materialistas	25	23,1
Pós-Materialistas	11	10,2
Mistos	72	66,7
Total	108	100,0

A comparação percentual de tipo de valores importantes para os indivíduos, revela que a distribuição é muito semelhante quer para quem participa na segurança quer para quem refere não participar (Figura 7). Quanto aos principais motivos apresentados pelos indivíduos para que participem na segurança, do total dos 165 indivíduos que responderam à questão, cerca de 33,3% referiram motivos instrumentais (“poder contar com o apoio da polícia no futuro” e/ou “evitar assaltos a pessoas/estabelecimentos” e/ou “salvaguardar a integridade física”), tendo 6,4% apresentado motivos altruístas “a solidariedade com os outros” e/ou “melhoria da qualidade de vida na zona” e/ou o agir de forma correcta” (Quadro 3.7). A grande maioria, 56,7% refere motivações mistas.

Figura 7 – Tipo de valores por participação



Quadro 3.7 - Tipo de motivações para a participação

	N	%
Motivações Altruístas	11	6,4
Motivações instrumentais	57	33,3
Motivações Mistas	97	56,7
NR	6	3,5
Total	171	100,0

### 3.6.2 Representações sobre a actuação policial e perfil dos agentes

No sentido de se medir as dimensões mais valorizadas pelos indivíduos face às polícias, utilizaram-se dois indicadores. Um primeiro indicador de avaliação da actuação policial constituído por cinco *itens* (*Policiamento de visibilidade; Policiamento apeado; Iniciativa dos agentes em contactar os comerciantes; Disponibilização de contacto telefónico; Equipas mistas por género*). As respostas foram analisadas numa escala de *Likert* de 1 a 4 pontos, em que os valores traduzem uma valorização maior do *item*, quanto mais próximos estiverem do valor 4 (1= Nada importante; 2=Pouco importante; 3= Importante e 4=Muito importante). Um segundo indicador de avaliação do perfil dos agentes constituído por seis *itens* (*Imagem, Postura, Disponibilidade, Confiança, Eficiência e Fidelização ao território*), com utilização também de escala de *Likert* de 1 a 4 pontos.

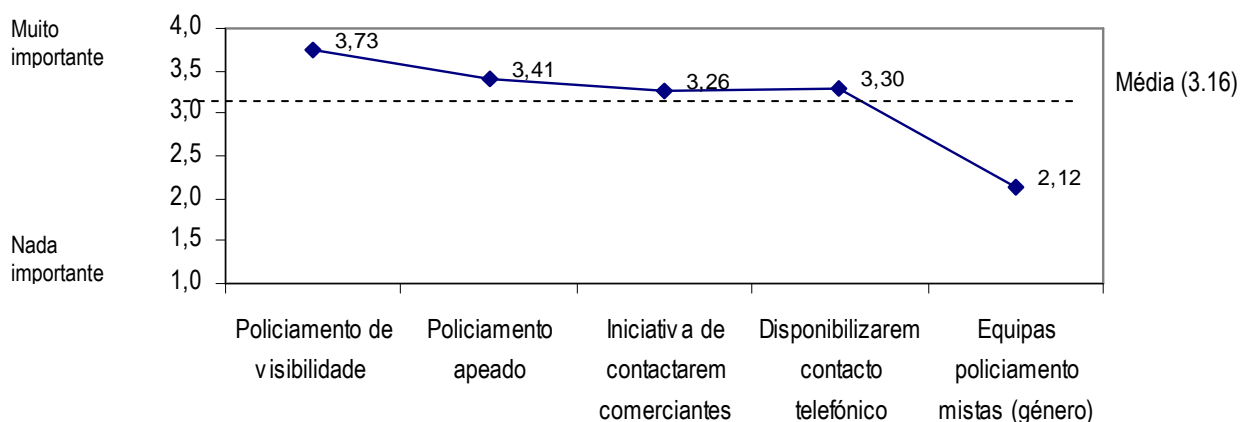
Na análise do primeiro indicador, constatou-se através de uma análise factorial de componentes principais, com uma boa adequabilidade ( $KMO=0.627$ ), a existência de duas componentes, nas quais os cinco *itens* têm pesos factoriais elevados<sup>18</sup>, explicando as duas dimensões 58,9% da variância<sup>19</sup>.

No que se refere à importância atribuída a determinadas práticas de policiamento (Quadro 3.8 e Figura 8), o policiamento de visibilidade e o policiamento apeado são os mais valorizados (respectivamente Média=3.73 e Média=3.40). Menos valorizado é o policiamento ser realizado por equipas constituídas por homens e mulheres (Média=2.13).

Quadro 3.8 - Importância atribuída à actuação policial

	Média	Desvio Padrão	N
Policiamento de visibilidade	3.73	.445	152
Policiamento apeado	3.40	.633	152
Disponibilização de contacto telefónico	3.30	.746	152
Iniciativa de contactar comerciantes	3.25	.33	152
Equipas mistas (género)	2.13	.843	152

Figura 8 - Importância na actuação policial



<sup>18</sup> Pesos factoriais >0.6

<sup>19</sup> Alfa de Cronbach =0.547

Relativamente ao segundo indicador de avaliação do perfil dos agentes, constatou-se através de uma análise factorial de componentes principais, com uma boa adequabilidade ( $KMO=0.606$ ) a existência de duas componentes, em que cinco *itens* apresentam pesos factoriais elevados e, o *item* relativo à importância da fidelização das equipas ao território um valor mais baixo.

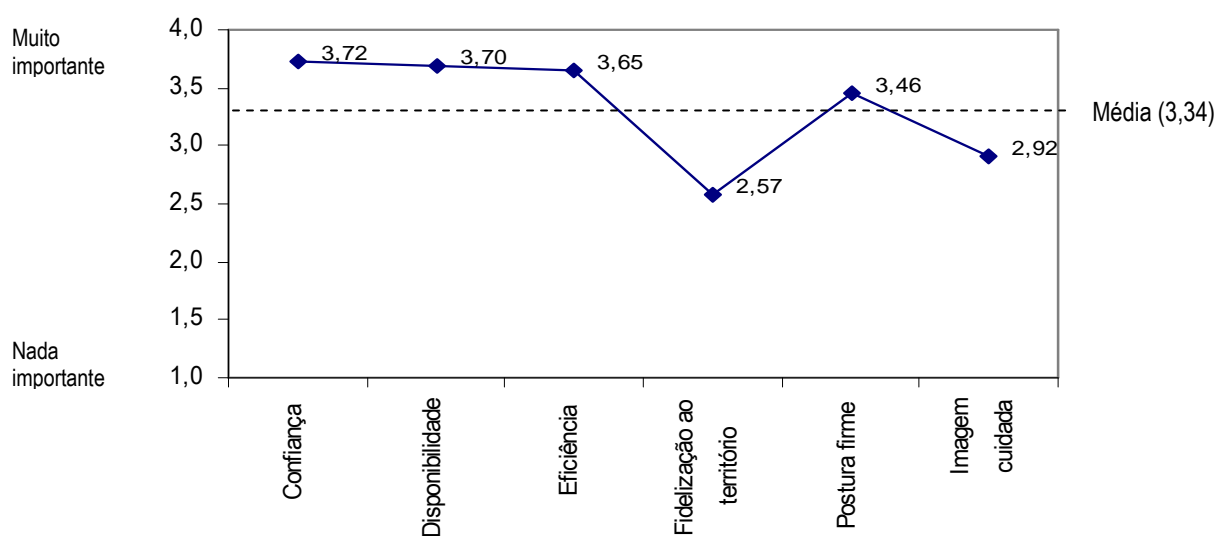
Assim, de acordo com a análise factorial, identificamos duas dimensões, uma dimensão associada à valorização de um perfil comunitário, orientado para resolução de problemas (os agentes tratem a informação recebida de forma rápida) e de maior aproximação aos cidadãos (os agentes demonstrarem disponibilidade para ouvirem os cidadãos, conseguirem estabelecer uma relação de confiança com cidadãos e serem sempre os mesmos no território) e uma dimensão associada à valorização de um perfil de cariz mais tradicional (Os agentes apresentarem uma postura firme e transmitirem uma imagem cuidada). Estas duas componentes explicam 55,4% da variância.

Da análise, constata-se (Quadro 3.9 e Figura 9) que o estabelecimento de uma relação de confiança é o valor que predomina (Média=3.72), seguido da disponibilidade para ouvirem os cidadãos (Média=3.69), sendo a fidelização dos agentes ao território o *item* com valores mais baixos (Média=2.57).

Quadro 3.9 - Importância atribuída ao perfil dos agentes

	Perfil dos agentes	Média	Desvio Padrão	N
Comunitário	Confiança	3.724	.488	163
	Disponibilidade	3.698	.461	162
	Eficiência (rapidez tratamento informação recebida)	3.646	.552	152
	Fidelização (as mesmas equipas no território)	2.569	.836	160
Tradicional	Postura firme	3.460	.570	161
	Imagem cuidada	2.918	.746	159

Figura 9 - Importância no perfil dos agentes



### 3.6.3 A escolaridade e o rendimento na participação dos cidadãos na segurança

A primeira hipótese prevê que quanto maior for nível de escolaridade e de rendimento dos cidadãos, maior será o acesso a canais de participação e conseqüentemente a uma maior participação na segurança a nível local.

Para se analisar o acesso a canais de participação na segurança a nível local, foi utilizada uma escala de quatro pontos para quatro *itens* (1=“Falar na rua com os agentes”; 2= “Contactar governantes locais”; 3= “Telefonar e/ou enviar e-mail para polícia” e 4=“Participar em consultas públicas”, em que “1” corresponde a “Muito difícil”, “2” a “Difícil”, “3” a “Fácil” e “4” a “Muito fácil”. Através de análise factorial de componentes principais, com uma boa adequabilidade (KMO=0.626), identificamos duas dimensões (Quadro 3.10) nas quais os quatro *itens* apresentam pesos factoriais elevados<sup>20</sup>. As duas dimensões foram distinguidas pelo tipo de canais de participação utilizados, caracterizando-se a primeira dimensão como associada a canais de comunicação menos usuais (contacto com governantes locais; participação em consultas públicas e falar directamente com os agentes) e uma segunda dimensão associada ao acesso a canais de participação mais frequentes (telefonar ou enviar e-mail para a Polícia). Estas duas componentes explicam 68,4% da variância total.

Quadro 3.10 – Resultados da análise factorial ao acesso a canais de participação

Variáveis	Dimensões	
	1	2
Contactar governantes locais sobre problemas de segurança	.847	-.191
Participar em consultas públicas sobre segurança local	.677	.291
Falar na rua com os agentes	.671	.286
Telefonar e/ou enviar e-mail para a Polícia	.10	.947

Como as três variáveis da primeira dimensão apresentam uma boa fiabilidade (Alfa de Cronbach =0.81) foi construído um índice que quantifica o acesso a canais de participação na segurança, através do cálculo da média dos valores obtidos nos três *itens*. Assim, a hipótese foi testada através de uma regressão linear simples<sup>21</sup>, em que se procurou detectar se estas variáveis são explicativas da participação na segurança a nível local.

Numa primeira etapa para se analisar se a escolaridade e o rendimento são mediados pelo acesso a canais de participação foi feita uma regressão linear simples, tendo-se verificado que a variação do acesso a canais de participação explica apenas 0,2% do modelo. Para se analisar a importância desta variáveis no modelo, calculou-se o coeficiente Eta, constatando-se que apesar da variável rendimento ter pouca importância na explicação do modelo, contudo, esta é mais importante na explicação face à variável escolaridade<sup>22</sup>.

De seguida, fomos testar se as variáveis independentes escolaridade e rendimento têm efeito na variável dependente participação na segurança, através de uma regressão linear simples, tendo-se verificado que a variação da participação explica apenas 1,0% do modelo, tendo a análise revelado que a variável rendimento apresenta uma importância maior nessa explicação face à variável escolaridade<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Alfa de Cronbach =0.573

<sup>21</sup> Ver Tabelas 1.1 a 1.9.

<sup>22</sup> Rendimento (Coef. Beta = -0.112); Escolaridade (Coef. Beta = 0.011).

<sup>23</sup> Rendimento (Coef. Beta = 0.071); Escolaridade (Coef. Beta = -0.033).

Por último, fomos regredir a variável dependente participação na segurança nas variáveis escolaridade, rendimento e acesso a canais de participação, para se provar se o acesso a canais de participação tem efeito na participação na segurança, constatando-se que estas variáveis explicam apenas 0,6% do modelo, sendo o acesso a canais de participação, a variável considerada mais importante<sup>24</sup>.

Conclui-se assim que os níveis de rendimento e de escolaridade dos cidadãos têm um efeito muito reduzido no acesso a canais de participação, como também o acesso a canais de participação revela ter um efeito de mediação muito baixo na participação dos indivíduos na segurança a nível local.

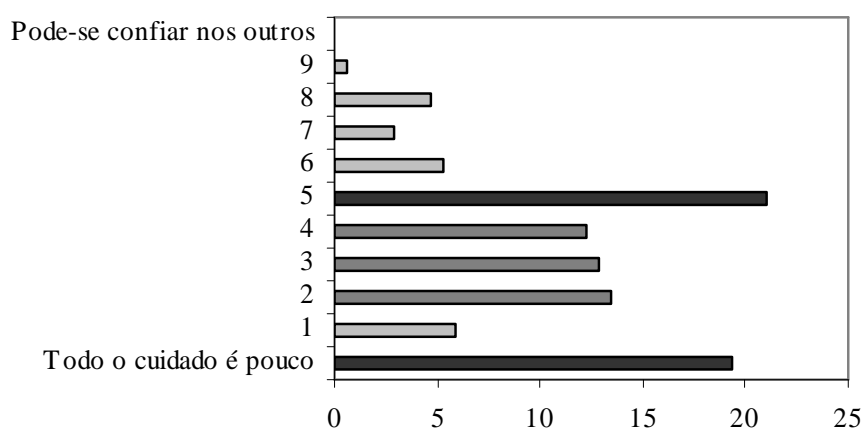
### 3.6.4 Capital social e participação na segurança

Os estudos sobre cidadania sugerem que o capital social é crucial para a participação cívica, sendo a participação maior quanto maior for o capital social e a confiança depositada nas instituições.

Neste sentido, pretendeu-se analisar em que medida o capital social dos indivíduos influencia a sua participação na segurança local, sendo utilizados para o efeito dois indicadores. Um primeiro indicador de *Confiança interpessoal* em que foi solicitado que classificassem a confiança nos outros cidadãos, através de uma escala de *Likert* de 1 a 10 pontos (em que o 0= “*Todo o cuidado é pouco*” e o valor máximo 10= “*Pode-se confiar nos outros*”). Um segundo indicador de *Pertença a redes sociais de compromisso cívico*, em que se utilizou uma escala dicotómica de resposta (0=Não pertence e 1=Pertence).

Os resultados (Figura 10) revelam que a maioria dos indivíduos apresentam níveis baixos de confiança nos outros cidadãos (Média = 3.26; Desvio Padrão=2.335), salientando-se que 19,6% dos indivíduos referiram como confiança nos outros cidadãos o valor mais baixo “*Todo o cuidado é pouco*”.

Figura 10– Distribuição dos níveis de confiança interpessoal (N=168)

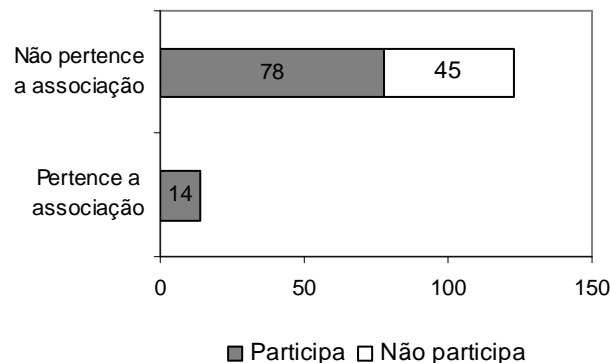


Relativamente à pertença a redes sociais de compromisso cívico, constatou-se (Figura 11) que a maioria dos indivíduos (89,8%) referiu não pertences a associações de cariz social. Salienta-se

<sup>24</sup> Coef. Beta = 0.064

que todos os indivíduos que referiram pertencer a associações, indicaram que participavam na segurança a nível local.

Figura 11 – Pertença a redes sociais de compromisso cívico e participação na segurança local (N=137)



A segunda hipótese do estudo prevê que quanto maior for o capital social de um indivíduo, maior será a sua participação na segurança a nível local. Optou-se por testar a hipótese utilizando-se os dois indicadores de capital social em separado, a *Confiança interpessoal* e a *Pertença a redes sociais*, dado que não se verificou uma boa relação entre as variáveis.<sup>25</sup> Assim, a hipótese foi testada através de uma regressão linear simples<sup>26</sup>, em que se procurou verificar se estas variáveis são explicativas da participação na segurança a nível local.

Os resultados da regressão demonstram que a *Confiança interpessoal* e a *Pertença a redes sociais* são variáveis que explicam 19,6% ( $R_a^2=0.196$ ) da variabilidade total da participação na segurança sendo o modelo estatisticamente significativo [ $F(2,153)=19,95$ ;  $P<0.001$ ]. Constatou-se igualmente que a pertença a redes sociais tem maior importância na explicação do modelo face à variável confiança interpessoal.<sup>27</sup>

### 3.6.3 Confiança institucional e participação na segurança

No sentido de se analisar a relação entre a confiança nas instituições e a participação na segurança a nível local, procurando-se identificar no estudo as instituições em que os indivíduos referem depositar mais confiança, foi utilizado um indicador de Confiança institucional constituído por doze *itens* (*ONU, União Europeia, Administração Pública, Governo, Forças Armadas, Polícia, Tribunais, Instituições de Saúde, Igreja, Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia e Polícia Municipal de Lisboa*).

Foi solicitado no questionário que os indivíduos classificassem a confiança nas instituições através de uma escala de *Likert* de 1 a 4 pontos (em que o 1= Nenhuma confiança; 2= Pouca confiança; 3=Alguma confiança e 4=Muita confiança). Através de uma análise factorial de componentes principais, com uma boa adequabilidade entre as variáveis ( $KMO=0.819$ ), foram identificadas duas dimensões principais que explicam 52,9% do modelo, nas quais os onze<sup>28</sup> *itens* seleccionados apresentam pesos factoriais elevados.

As duas dimensões (Quadro 3.11) foram distinguidas em função do âmbito geográfico das instituições. A primeira dimensão foi identificada como *Confiança nas instituições de âmbito internacional e nacional* (*ONU, União Europeia, Administração Pública, Governo, Forças Armadas e Igreja*). A segunda dimensão foi identificada como *Confiança nas instituições de*

<sup>25</sup> Alfa de Cronbach =-0.081

<sup>26</sup> Ver Tabelas 2.1 a 2.3 em anexo.

<sup>27</sup> *Pertença a redes sociais* (Coef. Beta = 0,456); *Confiança interpessoal* (Beta = 0,43)

<sup>28</sup> O *item* “Instituições de saúde” apresentou pesos factoriais mais baixos, tendo-se optado por retirar do modelo.

âmbito local (Câmara Municipal de Lisboa, Polícia, Junta de Freguesia, Tribunais e Polícia Municipal de Lisboa). As duas dimensões apresentam uma boa relação entre as variáveis,<sup>29</sup> explicando ambas 52,9% do modelo.

Quadro 3.11 – Resultados da análise factorial à confiança institucional

Variáveis	Dimensões	
	1	2
União Europeia	.810	.202
Administração Pública	.756	.221
ONU - Organização das Nações Unidas	.705	.208
Governo	.38	.205
Igreja	.560	.062
Forças Armadas	.531	.428
Polícia Municipal de Lisboa	.113	.802
Tribunais	.029	.695
Polícia	.298	.663
Junta de Freguesia (do local de trabalho)	.357	.652
Câmara Municipal de Lisboa	.413	.579

Em termos globais, da análise às médias da confiança depositada pelos indivíduos nas instituições de âmbito internacional e nacional (Quadro 3.12), constatam-se valores baixos, sendo a confiança no governo a variável que apresenta valores mais baixos (Média=1.96).

Quadro 3.12 – Resultados das médias da confiança nas instituições de âmbito internacional e nacional

	Média	Desvio Padrão	N
Organização da Nações Unidas	2.70	.862	156
Forças Armadas	2.64	.751	156
Igreja	2.54	.892	156
União Europeia	2.45	.791	156
Administração Pública	2.13	.710	156
Governo	1.96	.814	156

Na análise aos resultados da confiança dos indivíduos nas instituições nacionais de âmbito local (Quadro 3.13), salienta-se a confiança na Polícia (Média=2.81) e na Polícia Municipal de Lisboa (Média=2.66) como as instituições que apresentam valores mais altos<sup>30</sup>, sendo a confiança nos Tribunais a que apresenta valores mais baixos (Média=2.13).

Quadro 3.13 – Resultados das médias da confiança nas instituições de âmbito local

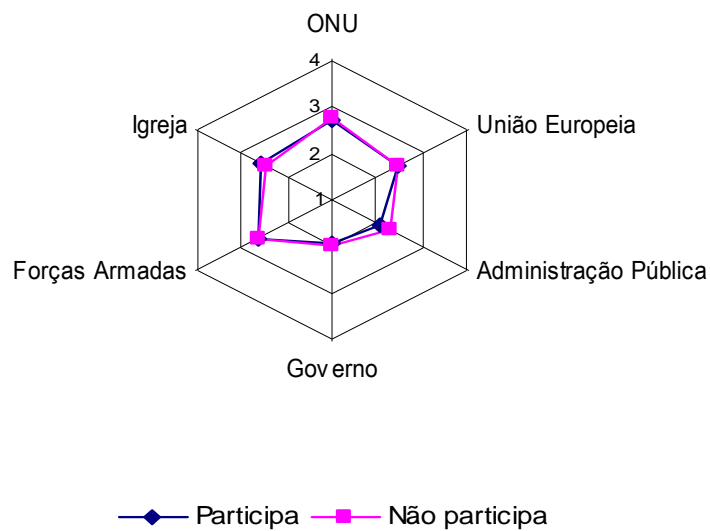
	Média	Desvio Padrão	N
Polícia	2.81	.696	153
Polícia Municipal de Lisboa	2.66	.646	153
Junta de Freguesia	2.39	.703	153
Câmara Municipal de Lisboa	2.32	.737	153
Tribunais	2.09	.780	153

<sup>29</sup> Dimensão 1 (Alfa de Cronbach =0.785); Dimensão 2 (Alfa de Cronbach =0.769).

<sup>30</sup> Este resultado vem ao encontro dos dados apresentados no primeiro Capítulo, do *European Social Survey*, relativos à confiança institucional, em que Portugal é o país que apresenta menor satisfação com a actuação do Governo, apresentando, a nível nacional, maior confiança nas instituições policiais.

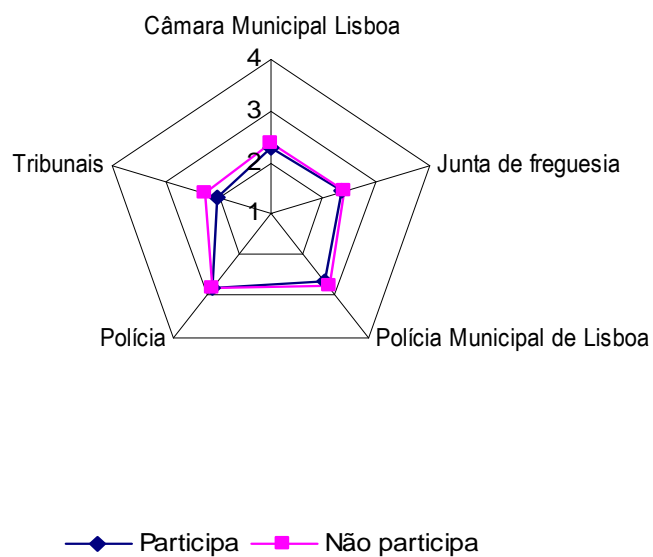
No que concerne às diferenças na confiança institucional de âmbito nacional e internacional, em função da participação na segurança (Figura 12), constatou-se uma maior confiança na Igreja por quem referiu participar e uma maior confiança na Administração Pública por quem referiu não participar na segurança a nível local.

Figura 12 – Confiança institucional por participação na segurança



Relativamente às diferenças na confiança dos indivíduos nas instituições de âmbito local em função da participação na segurança (Figura 13), salienta-se a maior confiança nos Tribunais e na Polícia Municipal de Lisboa por parte dos indivíduos que referiram não participar na segurança local.

Figura 13 – Confiança institucional a nível local por participação na segurança





A terceira hipótese que prevê que os indivíduos que manifestam maior confiança nas instituições policiais, tendem a apresentar uma atitude mais favorável à participação dos cidadãos na segurança a nível local, foi testada através do *T test*.<sup>31</sup> Numa primeira análise constatou-se, assumindo-se a *atitude face à participação na segurança* como variável dependente, que a associação entre as variáveis é fraca<sup>32</sup>. De acordo com os resultados do *T test*, constata-se que a diferença entre as médias da *confiança nas instituições policiais* em relação à *atitude face à participação* não é significativa<sup>33</sup>. Verifica-se, no entanto, que é maior a média da confiança dos indivíduos nas instituições policiais cuja atitude é favorável à participação dos cidadãos na segurança a nível local (Média=2.78), face à média da confiança dos indivíduos cuja atitude não é favorável a essa participação dos cidadãos (Média=2.62).

### 3.6.4 A responsabilidade pela segurança a nível local

A fim de se conhecer e caracterizar o posicionamento dos indivíduos sobre o grau de responsabilidade pela segurança, atribuído a diferentes entidades com actuação a nível local, foi utilizado um grupo de cinco *itens* (Polícias, Governo, Câmara Municipais, Cidadãos e Juntas de freguesia). As respostas foram analisadas numa escala de 4 pontos de 1 a 4), em que os valores traduzem uma pontuação maior, quanto mais próximo estiverem do valor 4 (1= Nada responsável; 2=Pouco responsável; 3=Responsável e 4=Muito responsável).

Constatou-se através de uma análise factorial de componentes principais, com uma boa adequabilidade (KMO=0.74), a existência de uma só dimensão, na qual as cinco variáveis têm pesos factoriais elevados, explicando esta componente 57,2% da variância, tendo-se verificado uma boa fiabilidade entre as cinco variáveis (Alfa de *Cronbach* =0.805).

Em termos globais, constata-se da análise do Quadro 3.14, que as polícias são as que apresentam valores mais altos (Média=3.09), sendo as juntas de freguesia consideradas pelos indivíduos como as entidades menos responsáveis pela segurança a nível local (Média=2,62).

Quadro 3.14 – Responsabilidade pela segurança a nível local

	Média	Desvio Padrão	N
Polícias	3.09	.800	166
Governo	2.74	1.090	162
Cidadãos	2.73	.792	155
Câmaras municipais	2.71	.765	155
Junta de Freguesia	2.62	.792	159

### 3.6.5 O policiamento comunitário e a participação dos cidadãos na segurança

No sentido de se medir a importância atribuída pelos indivíduos à participação dos cidadãos na segurança a nível local, utilizaram-se dois indicadores. Um primeiro indicador de avaliação do *grau de importância atribuído à participação*, em que as respostas foram analisadas numa escala de *Likert* de 1 a 4 pontos (1= Nada importante; 2=Pouco importante; 3= Importante e 4=Muito importante), tendo os resultados demonstrado que os indivíduos (159) consideram a participação na segurança como importante (Média=3.05; Desvio Padrão=0.761).

<sup>31</sup> Ver Tabela 3.1 a 3.3 em anexo.

<sup>32</sup> Coef. Eta=0.264

<sup>33</sup> T =1.54; p=0.125

Foi utilizado um segundo indicador para medir o *grau de importância atribuído a tipos de participação pelos cidadãos*, constituído por três *itens* (*Apresentação de propostas de melhoria às polícias; Alertarem os agentes para situações de insegurança; Participação em reuniões com a polícia*). As respostas foram também analisadas numa escala de *Likert* de 1 a 4 pontos (1= Nada importante; 2=Pouco importante; 3= Importante e 4=Muito importante).

Constatou-se através de uma análise factorial de componentes principais, com uma boa adequabilidade (KMO=0.601), a existência de uma só dimensão<sup>34</sup>, na qual os três *itens* têm pesos factoriais elevados, explicando esta dimensão 51,0% da variância.

Constata-se através da análise descritiva dos resultados das diferenças entre as médias (Quadro 3.15), que o tipo de participação considerada mais importante foi a dos cidadãos alertarem os agentes na rua para situações de insegurança (Média=3.53).

Quadro 3.15 – Importância atribuída a tipos de participação dos cidadãos na segurança a nível local

	Média	Desvio Padrão	N
Os cidadãos alertarem os agentes na rua para situações de insegurança	3.53	.648	167
Os comerciantes participarem em reuniões com a polícia sobre segurança	3.37	.674	164
Os cidadãos apresentarem à polícia propostas para a melhoria da segurança	3.01	.720	163

A quarta hipótese prevê que quanto maior for a satisfação com o desempenho dos agentes do policiamento comunitário, maior será a importância atribuída à participação dos cidadãos na construção da segurança a nível local.

No sentido de se medir o *grau de satisfação com o desempenho policial* utilizou-se uma escala de *Likert* de 1 a 5 pontos (1= Nunca; 2=Raramente; 3= Às vezes; 4=Quase sempre; 5=Sempre), tendo os resultados demonstrado que os indivíduos (62) em média ficaram satisfeitos com o desempenho dos agentes do policiamento comunitário (Média=3.63; Desvio Padrão=1.244). Esta hipótese foi testada através de uma regressão linear simples<sup>35</sup>, em que se procurou verificar o efeito da variável independente *grau de Satisfação com o desempenho policial* na variável dependente *grau de importância atribuído à participação* (Média=3.05; Desvio Padrão=0.876).

Os resultados da regressão apontam para uma fraca correlação entre as variáveis *grau de satisfação com o desempenho policial* e variável *grau de importância atribuído à participação*, explicando o modelo apenas -1,1% do modelo, não sendo estatisticamente significativo<sup>36</sup>.

No sentido de se conhecer em que medida os cidadãos estão dispostos a participar na construção da segurança em articulação com as polícias, foi perguntado, no questionário, se existia algum período em que tinham maior disponibilidade para falarem com os agentes sobre os problemas de insegurança na zona onde trabalha (Quadro 3.16). Do total de indivíduos que responderam à pergunta (142) constatou-se que a maioria referiu não ter disponibilidade para falar com os agentes (57,0%). Também quando inquiridos sobre se estariam dispostos a participar em reuniões comunitárias, dinamizadas pela Polícia Municipal, para identificação e resolução de

<sup>34</sup> Alfa de Cronbach =0.513

<sup>35</sup> Ver Tabelas 4.1 a 4.3 em anexo.

<sup>36</sup> F(1,60)=0,356; P=0,553

problemas de insegurança na zona onde trabalham (Quadro 3.17), a maioria revelou não ter disponibilidade (58,7%).

Quadro 3.16 – Disponibilidade dos cidadãos para falarem com os agentes

	N	%
Sim	61	43,0
Não	81	57,0
Total	142	100,0

Quadro 3.17 - Disponibilidade dos cidadãos para participarem em reuniões comunitárias

	N	%
Sim	59	41,3
Não	84	58,7
Total	143	100,0

### 3.6.6 A avaliação do policiamento comunitário pelos cidadãos

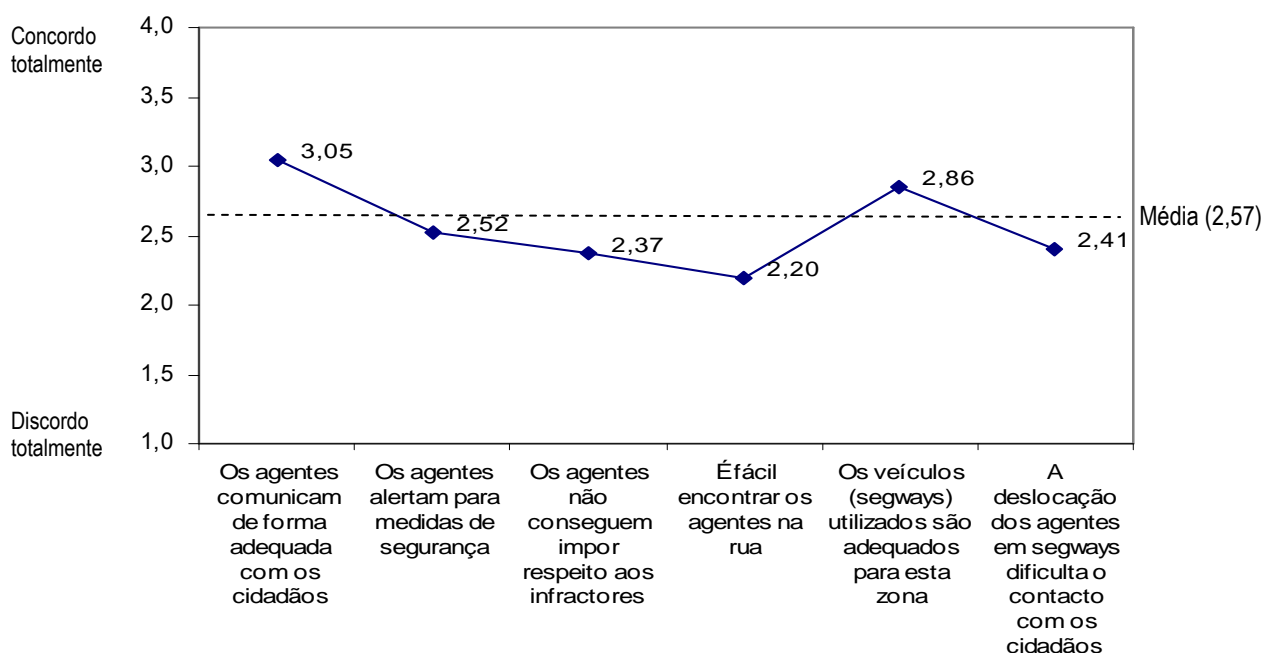
No sentido de se analisar a avaliação que os indivíduos fazem do policiamento comunitário da Polícia Municipal na zona de Alvalade, foram utilizados dois indicadores. Um indicador de avaliação da actuação policial constituído por seis *itens* (*comunicação, papel preventivo, autoridade, acesso, meios utilizados e contacto com os cidadãos*).

Foi utilizado um segundo indicador relativo ao impacto do policiamento na segurança da zona (Figura 13), constituído por sete *itens* (*Aproximação polícia-cidadão, sentimento de segurança, segurança na zona, confiança na polícia, condições de segurança para o comércio local, acesso a canais de participação e diferenças na segurança da zona com o policiamento*).

Foi solicitado no questionário que os indivíduos manifestassem o seu acordo ou desacordo com as afirmações, através de uma escala de concordância de 4 pontos (1=Discordo totalmente; 2=Discordo; 3=Concordo; 4=Concordo totalmente).

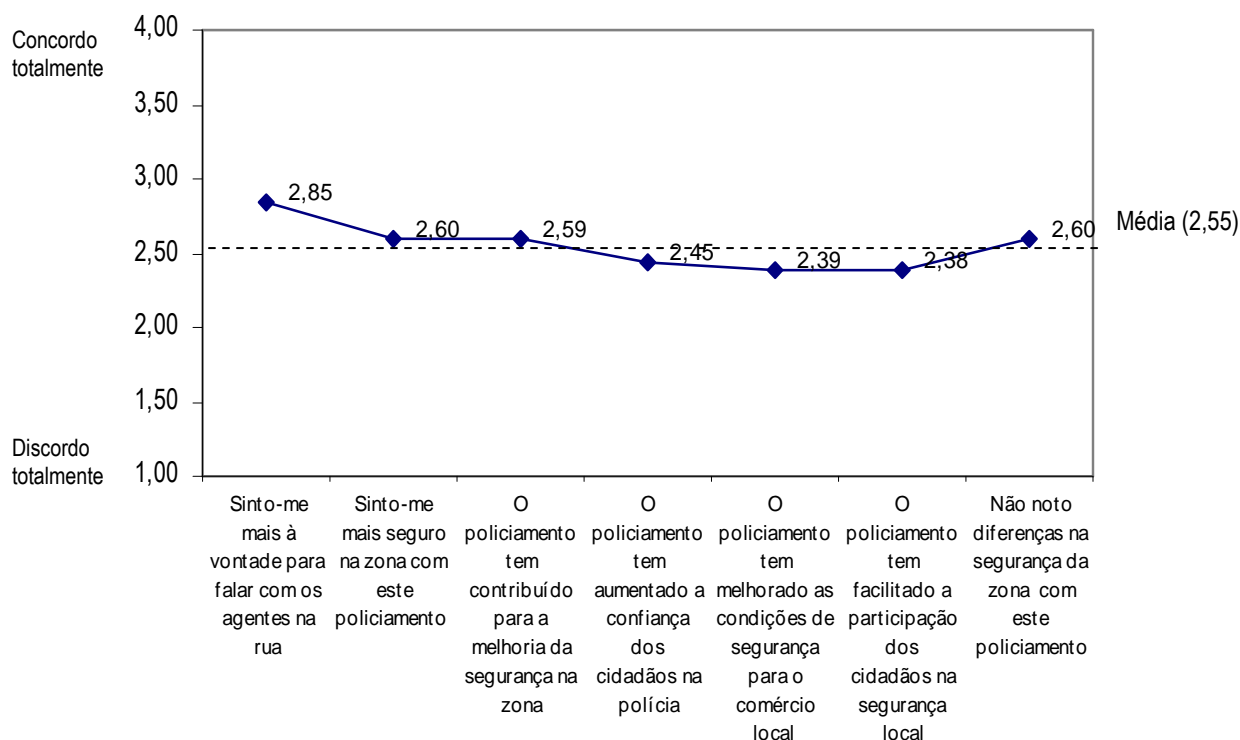
Os resultados relativos à avaliação da actuação policial (Figura 14) revelam uma tendência para uma maior discordância com as afirmações (Média=2,57), destacando-se na análise às respostas dos indivíduos a discordância com a afirmação “É fácil encontrar os agentes na rua”.

Figura 14 - Policiamento comunitário: avaliação da actuação policial



Relativamente à avaliação do impacto do policiamento na segurança da zona (Figura 15), constata-se igualmente uma tendência para uma maior discordância com as afirmações (Média=2.55), destacando-se na análise às respostas dos indivíduos se concordavam com a afirmação “o policiamento comunitário tem facilitado a participação dos cidadãos na segurança local”, em que a maioria (56%), referiu estar em desacordo com esta afirmação. Verifica-se uma maior concordância dos indivíduos com a afirmação “Sinto-me mais à vontade para falar com os agentes na rua”.

Figura 15 - Policiamento comunitário: impacto na segurança da zona



### 3.6.7 Perfis de cidadania face à participação dos cidadãos na segurança local

Foi realizada uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) para se traçar o perfil de cidadania face à participação na segurança a nível local e, na perspectiva de se identificar padrões sobre a participação dos cidadãos na segurança. Para o efeito exploraram-se as associações das variáveis que constam do Quadro 3.18.

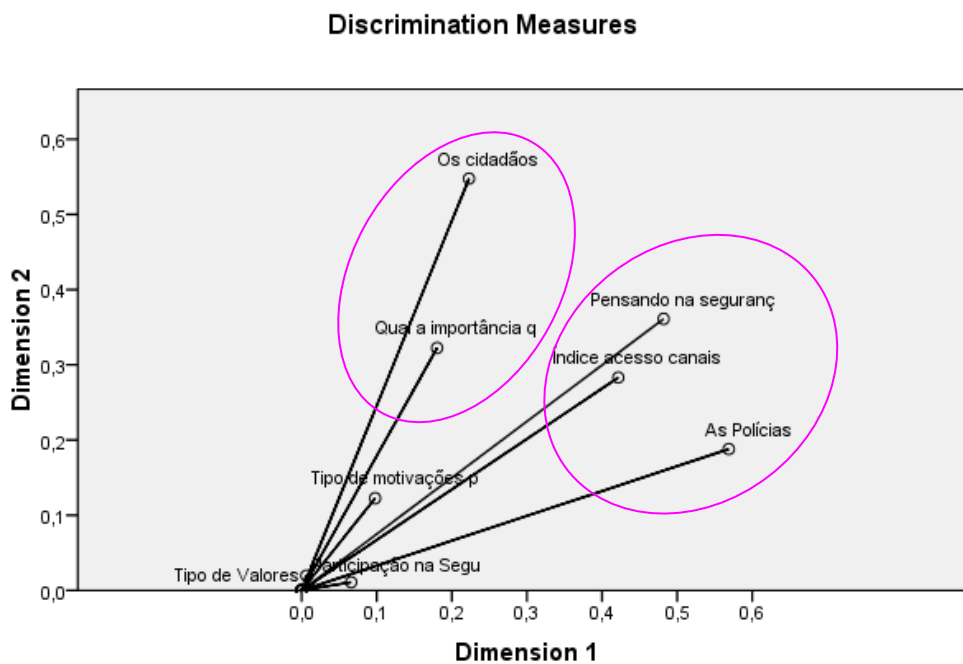
Quadro 3.18 - Indicadores para definição do perfil de cidadania face à participação na segurança local

Variáveis	Categorias
Tipo de valores	Materialistas, Pós-materialistas, Mistos
Tipo de motivações para a participação	Instrumentais, Altruístas, Mistas
Sentimento de segurança na zona	Nada seguro, Pouco seguro, Seguro, Muito seguro
Acesso a canais de participação na segurança	Muito difícil, Difícil, Fácil, Muito fácil
Responsabilidade dos cidadãos pela segurança	Nada responsável, Pouco responsável, Responsável, Muito responsável
Responsabilidade da polícia pela segurança	Nada responsável, Pouco responsável, Responsável, Muito responsável
Importância da participação dos cidadãos	Nada importante, Pouco importante, Importante, Muito importante
Participação na segurança	Participa, Não participa

Os resultados da ACM<sup>37</sup> evidenciam duas dimensões, uma primeira dimensão de cariz mais associada à responsabilidade das polícias na segurança a nível local e, uma segunda dimensão mais associada à responsabilidade dos cidadãos<sup>38</sup>.

As variáveis presentes na dimensão 1, remetem para a importância das polícias na segurança local. As variáveis na dimensão 2, remetem para a esfera da cidadania participativa, estando relacionadas com a importância atribuída à participação dos cidadãos na segurança local. Na Figura 16, podemos visualizar a disposição dos indicadores pelas duas dimensões identificadas.

Figura 16 – Resultado gráfico da ACM



Os resultados da ACM apontam assim para várias configurações de posicionamento face à participação na segurança a nível local (Figura 17).

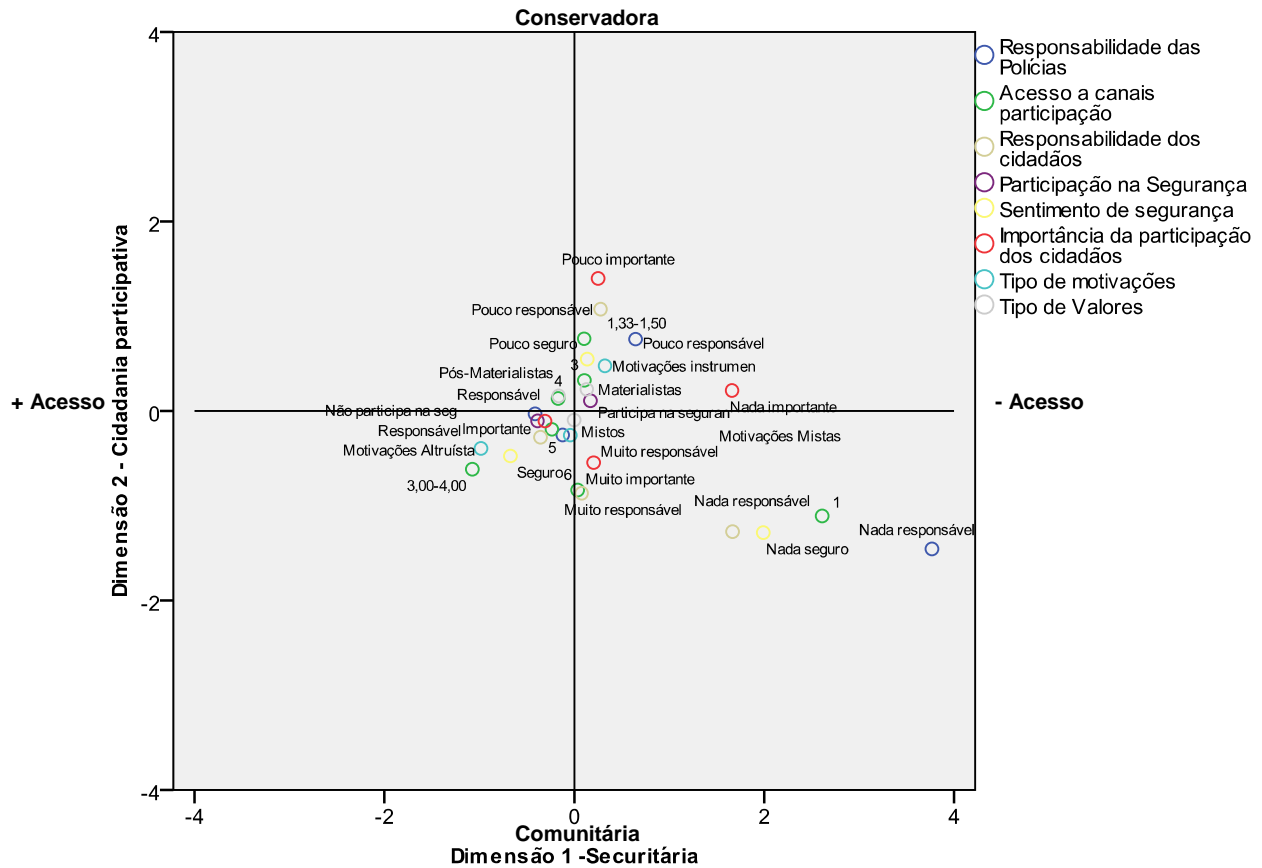
Através da análise das posições relativas das várias categorias dos indicadores relativos às duas dimensões, podemos constatar que na dimensão 1 destaca-se a disposição de indicadores face ao acesso dos cidadãos a canais de participação na segurança local.

Na dimensão 2, destaca-se a oposição entre as categorias que remetem para uma posição mais conservadora, de atribuição de menor importância à participação dos cidadãos na segurança local e as categorias que remetem para uma posição mais próxima de modelos de policiamento comunitário, em que se atribui maior importância à participação dos cidadãos na segurança.

<sup>37</sup> Ver Tabela 5 em anexo.

<sup>38</sup> Dimensão 1 (Alfa de Cronbach =0.584); Dimensão 2 (Alfa de Cronbach =0.527).

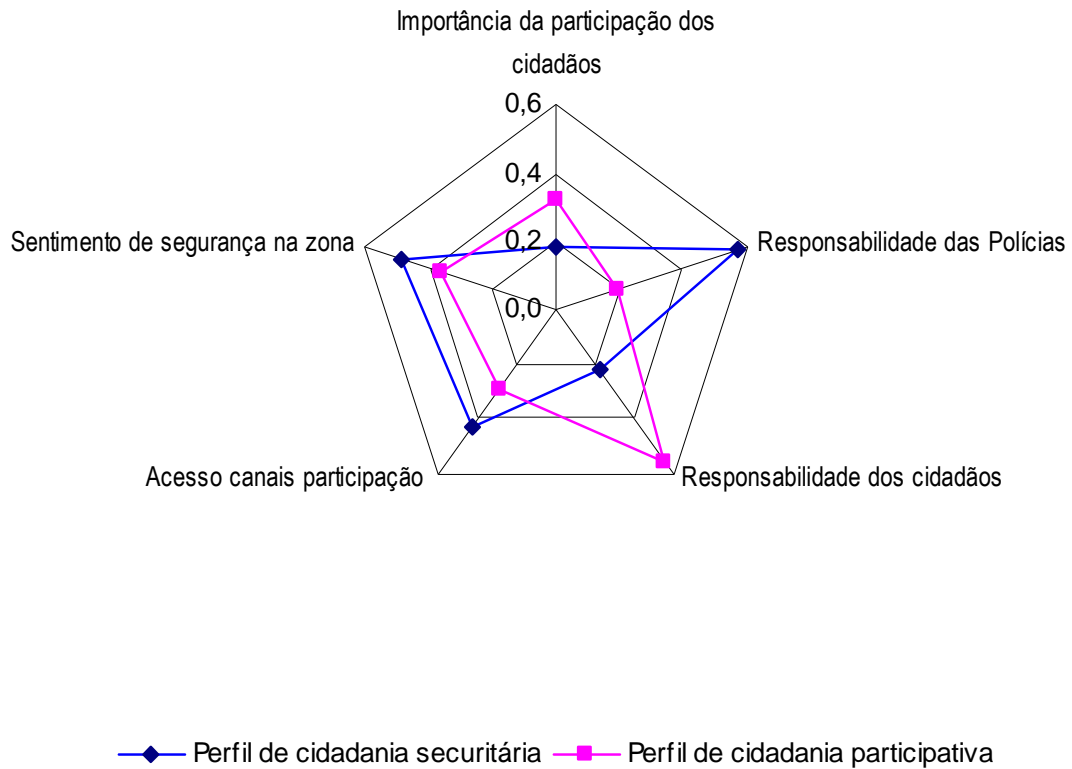
Figura 17 - Representação no plano das dimensões principais da ACM



Salienta-se ainda na análise do plano, a associação entre a pouca importância atribuída à participação dos cidadãos na segurança e a baixa responsabilidade atribuída a estes pela segurança a nível local (1º quadrante), o maior acesso a canais de participação na segurança associado a motivações altruístas para a participação e a um maior sentimento de segurança (3º quadrante) e, a proximidade entre a menor responsabilidade atribuída às polícias, menor acesso a canais de participação na segurança e a um menor sentimento de segurança (4º quadrante).

Por último, podemos considerar que se verifica uma tendência para a configuração de dois perfis de cidadania face à participação na segurança local (Figura 18).

Figura 18 - Perfis de cidadania dos comerciantes de Alvalade face à participação na segurança local



Por um lado um perfil de cidadania securitária, em que se evidencia uma maior importância atribuída ao papel das instituições policiais na segurança local, que se manifesta na responsabilidade atribuída a estas pela segurança e pelo maior ou menor acesso à participação relativa a questões de segurança local e a um maior ou menor sentimento de segurança dos indivíduos na zona onde trabalham. Por outro lado, podemos evidenciar um perfil de cidadania participativa, em que se verifica um posicionamento face à maior responsabilidade e importância atribuída à participação dos cidadãos na segurança local.

## Conclusões gerais

Regressando à questão de partida, sobre em que medida estão os cidadãos disponíveis para participar na construção da segurança local em articulação com as polícias e, quais os factores facilitadores e limitadores dessa participação, constatou-se, logo numa fase inicial do estudo, que seria um tema complexo de abordar e que deveria ser visto como um processo de construção de conhecimento contínuo e atento às especificidades dos vários contextos de análise.

O estudo, contextualizado no âmbito do policiamento comunitário da Polícia Municipal de Lisboa na zona de Alvalade, possibilitou um conhecimento mais aprofundado das atitudes e comportamentos de um grupo de profissionais, os comerciantes da zona, face à participação dos cidadãos na segurança do espaço onde trabalham, aqui entendida como segurança a nível local.

Procurou evidenciar-se os factores que poderão potenciar ou condicionar a participação dos cidadãos na segurança a nível local, enquanto estudo exploratório sobre esta temática, mas também como contributo para a identificação de dimensões de análise pertinentes para o planeamento e avaliação de práticas de policiamento na comunidade. É neste sentido que se apresenta de seguida os principais contributos encontrados.

A análise aos valores referidos pelos indivíduos que participam na segurança local, revelou que ao contrário do que era expectável, uma maior tendência para a referência a valores materialistas (associados a necessidades básicas), face a valores pós-materialistas, mais associados a preocupações com a qualidade de vida e à participação dos cidadãos, sido menos referido. Este resultados foram reforçados perante a análise das motivações para a segurança, em que se verificou uma maior tendência para motivações instrumentais para a participação na segurança, tais como o poder contar com o apoio da polícia no futuro e o evitar de assaltos, face a motivações altruístas como a solidariedade com os outros ou a melhoria da qualidade de vida na zona.

Ao nível do perfil dos agentes, o estudo revelou duas dimensões mais valorizadas pelos indivíduos, por um lado a valorização de um perfil de cariz mais comunitário, orientado para resolução de problemas - evidenciado na importância atribuída ao tratamento da informação dada aos agentes de forma rápida - e de uma maior aproximação às necessidades dos cidadãos, designadamente a importância dada aos agentes demonstrarem disponibilidade para ouvirem os cidadãos e conseguirem estabelecer uma relação de confiança com os cidadãos. Por outro lado e, com uma importância menor, a valorização por parte dos indivíduos de um perfil de cariz mais tradicional, evidenciada na importância dada aos agentes apresentarem uma postura firme e transmitirem uma imagem cuidada. O estudo revelou igualmente que não foi considerado como importante o género dos agentes das equipas de policiamento.

Os resultados apurados demonstraram que os diferentes níveis de rendimento, de escolaridade e de acesso a canais de participação na segurança dos cidadãos, têm um efeito muito reduzido na participação dos indivíduos na segurança, revelando-se no entanto como mais importante a facilidade de acesso a canais de participação.

O estudo aponta para valores baixos de confiança nos outros cidadãos e de participação cívica dos indivíduos. Apesar do estudo demonstrar que todos os indivíduos que referiram pertencer a associações também referiram participar na segurança a nível local, a análise do capital social, através dos indicadores confiança interpessoal e pertença a redes sociais, revelou-se pouco



importante para a participação dos indivíduos na segurança. Salienta-se contudo, o facto dos resultados demonstrarem que a pertença a redes sociais tem maior importância na participação do que a confiança interpessoal. O estudo demonstra ainda que a confiança depositada pelos indivíduos nas instituições, quer de âmbito internacional, nacional ou local, é de forma geral baixa. Os resultados revelam, contudo, que a confiança nas instituições policiais é a que apresenta valores mais altos, por oposição aos valores de confiança mais baixa depositada nos Tribunais e Governo. Quanto aos resultados da análise da relação entre a confiança nas instituições e a participação na segurança a nível local, não sendo significativos, apontam para uma maior confiança nas instituições policiais por quem manifesta uma atitude favorável à participação dos cidadãos na segurança. Constatou-se ainda uma maior confiança na Igreja por quem referiu participar e uma maior confiança na Administração Pública por quem referiu não participar na segurança a nível local.

Quanto à responsabilidade pela segurança a nível local, os resultados demonstram que as polícias são as entidades consideradas mais responsáveis, sendo as Juntas de Freguesia consideradas como menos responsáveis, com valores mais baixos dos atribuídos ao Governo, cidadãos ou às câmaras municipais. Estes dados apontam para uma fraca associação das autarquias a responsabilidades na área da segurança.

Os resultados do estudo demonstram que o tipo de participação considerada mais importante pelos indivíduos, foi a de os cidadãos alertarem os agentes na rua para situações de insegurança e os comerciantes participarem em reuniões com a polícia sobre questões ligadas à segurança local. Porém, constatou-se que a maioria dos indivíduos referiu não ter disponibilidade para falar com os agentes sobre problemas de segurança ou para participar em reuniões comunitárias dinamizadas pela Polícia Municipal, para identificação e resolução de problemas de insegurança na zona. Estes resultados evidenciam, uma vez, mais os baixos níveis de cidadania participativa ao nível da segurança local. Salienta-se que os resultados do estudo demonstram também uma fraca associação entre a satisfação dos indivíduos com o desempenho dos agentes do policiamento comunitário e a importância que atribuem à participação dos cidadãos na segurança a nível local.

Quanto à avaliação que os indivíduos fazem do impacto do policiamento comunitário na zona de Alvalade, os resultados revelam que o policiamento comunitário não tem aumentado a participação dos cidadãos na segurança local, sendo referidas nomeadamente as dificuldades dos indivíduos em contactar os agentes na rua. De salientar contudo, que são apresentados como elementos mais positivos da actuação policial, os aspectos relacionados com a forma como os agentes comunicam com os cidadãos. Os resultados evidenciaram que face à actuação policial, as práticas de policiamento mais valorizadas pelos indivíduos são o policiamento de visibilidade e o policiamento apeado, práticas estas mais próximas do modelo de policiamento comunitário.

Constatou-se uma tendência para a configuração de dois perfis de cidadania por parte dos indivíduos, no seu posicionamento face à participação na segurança local. Por um lado, um perfil que se designou por *cidadania securitária*, em que os indivíduos evidenciam uma maior atribuição de importância ao papel das polícias no âmbito da segurança local, associada a preocupações ligadas directamente à segurança, tais como o acesso a canais de participação e o sentimento de segurança. Por outro lado e, com base nos resultados, foi evidenciado um perfil mais associado à perspectiva do cidadão na segurança, que se designou por *cidadania participativa*, em que os indivíduos associados a este perfil, evidenciam uma maior importância da responsabilidade e papel do cidadão na participação na segurança local .

Considera-se importante que a pesquisa futura sobre este tema seja alargada a outros contextos territoriais em que estejam implementados policiamentos similares, bem como a realização de estudos comparativos com territórios onde não exista este policiamento. Também será importante a utilização de metodologias de recolha e análise de dados mais complexas, que permitam aprofundar as diferentes temáticas abordadas.

Ainda do ponto de vista metodológico, sugere-se o aprofundamento, em pesquisas futuras, da tipologia proposta sobre cidadania securitária e cidadania participativa, em estudos que abordem a participação dos cidadãos na segurança local em articulação com as instituições policiais. O aprofundamento destes perfis não apenas de posicionamento dos indivíduos face à participação dos cidadãos na segurança, mas também incluindo outras dimensões de análise, como níveis diferenciados de participação na segurança local ou as características sócio-demográficas e sócio-culturais dos indivíduos.

Espera-se, por último, que o estudo ao dar uma visão do ponto de vista do cidadão, sobre a participação na segurança local, possa ser um contributo para a reflexão sobre o relacionamento entre as polícias e os cidadãos, nomeadamente dando às organizações policiais uma visão do “exterior” que possa ser incorporada nas suas estratégias de planeamento, implementação e avaliação de práticas policiais inspiradas em modelos de policiamento comunitário.

## Referências bibliográficas

- Almeida, J.F., Machado, F.L. e Costa, A.F. (2006), *Social Classes and values in Europe*. vol. 5 nº2, Portuguese Journal of Social Science.
- Anthias, Floya (2005), *Social Stratification and Social Inequality: Models of Intersectionality and Identity*. in DEVINE, Fiona et al, *Rethinking Class: Culture, Identities and Lifestyles*, Houndmills, Palgrave Macmillan.
- Antunes, Eugénio (2003), *As autarquias locais e a emergência de novos modelos de gestão in MOZZICAFREDDO, Juan et al, Ética e Administração – Como Modernizar os Serviços Públicos?*, Oeiras, Celta Editora.
- Barbalet, J.M. (2000), *Vagaries of Social Capital: Citizenship, Trust and Loyalty*, in VASTA, E. (Edit.), *Citizenship, Community and Democracy*. Houndmills, Macmillan Press Ltd.
- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*. Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Zygmunt (2001), *Community: seeking safety in an insecure world*. Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*. London, Sage Publications.
- Bittner, Egon (1970), *The Functions of the Police in Modern Society*, in BRODEUR, Jean-Paul, 1999, *New Paradigms of Policing*. ONATI 1999-2000 Master's Programme.
- Boba, Rachel (2003), *Problem Analysis in Policing*. Washington DC, Police Foundation.
- Bondaruk, Roberson e, Souza, César Alberto (2007), *Polícia Comunitária – Polícia Cidadã para um Povo Cidadão*. Curitiba, Associação da Vila Militar, Publicações Técnicas Washington DC, Police Foundation.
- Borja, Jordi e Castells, Manuel (1997), *Local and Global: Management of cities in the information age*. United Nations Centre for Human Settlements (Habitat); London, Earthscan Publications Ltd.
- Bova, Sérgio (1985), *Dicionário de Política*, Volume 2, 3ª Editora Universidade de Brasília, Brasília in CLEMENTE, P.J.Lopes, 2006, p.36. *A Polícia em Portugal*. Oeiras, Instituto Nacional de Administração.
- Brodeur, Jean-Paul (1999), *Les réformes de la police en Amérique du Nord: Bilan des évaluations*. Rapport prepare pour le congrès national de la Fédération des commissaries de police et des commissaries adjoints de police de Belgique.
- Castells, Manuel (2000), *The Rise of the Network Society*. Vol.1, Oxford, Blackwell Publishers.
- Cabral, M.V. e, Vala, J. (Coord.) (2001), *Boletim de divulgação nº4: Atitudes Sociais dos Portugueses*, ICS.

- Cabral, M. Villaverde, SILVA, F.Carreira. e, Saraiva,T. (2008), *Cidade e Cidadania. Governação Urbana e Participação Cidadã em Perspectiva Comparada*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Carvalho, Helena (2008), *Análise Multivariada da dados qualitativos – Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Castro, Catarina Sarmiento (2003), *A Questão das Polícias Municipais*. Coimbra Editora.
- Clemente, P.J.Lopes (2006), *A Polícia em Portugal*. Oeiras, Instituto Nacional de Administração.
- Cox, Steven M. (1996), *Police – Practices, prospectives, Problems*, Boston, Allyn and Bacon.
- Esteves, Alina (1999), *A criminalidade na cidade de Lisboa – Uma geografia da insegurança*. Lisboa, Edições Colibri.
- Fitoussi, Jean-Paul e, Rosavallon, Pierre (1997), *A Nova Era das Desigualdades*. Oeiras, Celta Editora.
- Fórum Europeu de Segurança Urbana (2010), *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança – Uma compilação de Normas e Práticas Internacionais*. Lisboa, ministério da Administração Interna - Direcção Geral da Administração Interna.
- Giddens, Anthony (2005), *As consequências da Modernidade*. Oeiras, Celta Editora.
- Hespanha, Pedro (2001), *Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas sociais e novos desafios para a teoria social, in SANTOS, Boaventura de Sousa [org.], Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento.
- Inglehart, Ronald (1977), *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. New Jersey, Princeton University Press.
- Kelling, G.L., Pate, T., Dieckman, D. e, Brown, C.E. (1974), *The Kansas Cirty Preventive Patrol Experiment: A Summary Report*. Washington DC, Police Foundation disponível em: <http://www.policefoundation.org/pdf/kcppe.pdf>
- Lima, Marinús Pires de (1987), *O inquérito sociológico – Problemas de metodologia*. Lisboa, Editorial Presença.
- Lisboa, Manuel e, Dias, Ana Lúcia Teixeira (2008), *Organizações e Meio Envolvente: o caso do Policiamento de Proximidade*. VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Magalhães, Pedro e, Faria, Sérgio (2003), *Legitimidade, confiança institucional e descontentamento democrático em Portugal*. Texto da comunicação apresentada na Conferência Internacional Portugal a votos I – Eleições legislativas de 2002, ICS/UL e FLAD.
- Maroco, João (2007), *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa, Edições Sílabo.

- Monjardet, Dominique (1996), *Ce que fait la police: sociologie de la force publique*. Paris, Éditions la Découverte.
- Oliveira, J.F. (2003), *Os Modelos de Policiamento e as Políticas de Segurança: a emergência do policiamento de proximidade*, in Mozzicafreddo, Juan et al, *Ética e Administração – Como Modernizar os Serviços Públicos?*, Oeiras, Celta Editora.
- Oliveira, José Ferreira de (2006), *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra, Edições Almedina, SA.
- Portes, Alejandro (2000), *Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Sociologia – Problemas e práticas, nº33, CIES, Celta.
- Putnam, Robert D. (1993), *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. New York, Touchstone Book.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.
- Ribeiro, Ludmila e Patrício, Luciane (2008), *Indicadores para o monitoramento e avaliação das políticas municipais de segurança pública: uma reflexão a partir de um estudo de caso*. Revista Brasileira de segurança Pública.
- Roché, Sebastian (1998), *Sociologie Politique de L'Insécurité*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Roché, Sebastian (2001), *La delinquance des jeunes: les 13-19 ans racontent leurs délits*. Paris, Éditions du Seuil.
- Roché, Sebastian (2002), *Tolérance zero? Incivilités et insécurité*. Paris, Éditions Odile Jacob.
- Skogan, Wesley G. (1990), *Disorder and decline: Crime and the spiral of decay in american neighbourhood*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- Tilkidjiev, Nicolai (2010), *Trust and well-being: Bulgarian in a comparative perspective*. Slovak Journal of Political Sciences, Volume 11-1, disponível em: <http://www.ucm.sk/revue/2011/1/tilkidjiev.pdf>.
- Vala, J., Torres, A., Ramos, A. e Lavado, S. (2010), *Inquérito Social Europeu – Resultados Globais Comparativos*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, disponível em: <http://www.atitudessociais.org/divulga/comunica/relatoriocomparativo20022008.pdf>.
- Valente, A. J. Cardoso (2002), *Policiamento de proximidade: o exemplo da GNR de Coimbra, in Forças de Segurança e investigação científica – Um espaço de reflexão*, Conselho Consultivo para a Formação das Forças e Serviços de Segurança, Ministério da Administração Interna.

Viegas, José M. P. L., e DIAS, Eduardo C.. (2000), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

Waddington, P.A.G., (1999), *Policing Citizens*, London, UCL Press.

Ward, Carolyn Siemens (1998), *Community Education and Crime Prevention: Confronting Foreground and background Causes of Criminal Behaviour*, Bergin & Garvey.

Young, Jock (1999), *The Exclusive Society*, London, SAGE.

### Sites consultados:

[http://www.atitudessociais.org/news/Newsletter\\_4.pdf](http://www.atitudessociais.org/news/Newsletter_4.pdf)

<http://policing.oxfordjournals.org/content/1/1/25.full.pdf+html>  
<http://policing.oxfordjournals.org/content/1/1/25.full.pdf+html>

[http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/274/4/Patrolha e Proximidade .pdf](http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/274/4/Patrolha_e_Proximidade.pdf)

[http://repositorio-](http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/632/1/A%20Constru%20c3%a7%20de%20uma%20Pol%20adcia%20Urbana.pdf)

[iul.iscte.pt/bitstream/10071/632/1/A%20Constru%20c3%a7%20de%20uma%20Pol%20adcia%20Urbana.pdf](http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/632/1/A%20Constru%20c3%a7%20de%20uma%20Pol%20adcia%20Urbana.pdf)

<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/632>

[http://rh.cm-lisboa.pt/fileadmin/DMRH/Publicacoes/CML\\_Revista/2010/081\\_2010\\_Julho.pdf](http://rh.cm-lisboa.pt/fileadmin/DMRH/Publicacoes/CML_Revista/2010/081_2010_Julho.pdf)

[http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Ocde\\_FAO\\_BID%5B1%5D.pdf](http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Ocde_FAO_BID%5B1%5D.pdf)

<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/659.pdf>

[http://www.competition.create4theun.eu/pt/paz-e-seguranca-novedades/28300-secretario-geral-apela-a-nocao-](http://www.competition.create4theun.eu/pt/paz-e-seguranca-novedades/28300-secretario-geral-apela-a-nocao-alargada-da-seguranca-humana-)

[alargada-da-seguranca-humana-](http://www.congressodacidadania.com/con_12_12032005.html)  
[http://www.congressodacidadania.com/con\\_12\\_12032005.html](http://www.congressodacidadania.com/con_12_12032005.html)

<http://www.dgsi.pt/pgpr.nsf/0/6484b1fdad517dc080257419003e00ab?OpenDocument>

<http://www.leonardbeeghley.com/docs/SYG%206125/Becker.%20whose%20side%20are%20we%20on.pdf>

[http://www.mai.gov.pt/data/actualidades%20destaques/destaques/2010/RASI%202009%20-](http://www.mai.gov.pt/data/actualidades%20destaques/destaques/2010/RASI%202009%20-%20PCM%2025MAR.%20(Versao%20definitiva).pdf)  
[%20PCM%2025MAR.%20\(Versao%20definitiva\).pdf](http://www.mai.gov.pt/data/actualidades%20destaques/destaques/2010/RASI%202009%20-%20PCM%2025MAR.%20(Versao%20definitiva).pdf)

<http://www.oidp.net/docus/pub.oldp.observando.pdf>

<http://www.oidp.net/pt/>

[http://www.pgdllisboa.pt/pgdl/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=227&tabela=leis&nversao=](http://www.pgdllisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=227&tabela=leis&nversao=)

<http://www.policefoundation.org/pdf/kcppe.pdf>

<http://www.policefoundation.org/pdf/problemanalysisinpolicing.pdf>

<http://www.popcenter.org/responses/responsibility/1>

[http://www.popcenter.org/Responses/responsibility/PDFs/Scott\\_2005.pdf](http://www.popcenter.org/Responses/responsibility/PDFs/Scott_2005.pdf)


[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-373X2009000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-373X2009000100004&script=sci_arttext)

<http://www.scotland.gov.uk/Resource/Doc/292465/0090209.pdf>

[http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD\\_4H\\_texto\\_pdf\\_nuno\\_parreira\\_silva.pdf](http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_4H_texto_pdf_nuno_parreira_silva.pdf)

# **ANEXOS**

## ANEXO A



**ISCTE IUL**  
Instituto Universitário de Lisboa  
Lisbon University Institute

Questionário nº	Código:

### INQUÉRITO – COMERCIANTES

O meu nome é Mónica Diniz, sou aluna finalista do mestrado de Sociologia e Planeamento do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE. Contacto-o(a) no sentido de solicitar a sua colaboração para o preenchimento deste questionário, que tem como objectivo conhecer o que pensa sobre o tema da segurança no território onde trabalha. As respostas são anónimas e confidenciais e não existem respostas certas ou erradas. Deve assinalar as suas respostas com uma cruz ☑ e, se eventualmente se enganar ao assinalar a resposta, risque essa resposta e marque a que pretende. Para mais informações ou questões poderá contactar-me através do seguinte e-mail: [monica.diniz@cm-lisboa.pt](mailto:monica.diniz@cm-lisboa.pt)

Agradeço a sua colaboração, sem a qual seria impossível concretizar esta investigação.

**1. Dos seguintes objectivos, quais são os dois mais importantes para si?**

1. Manter a ordem no país	<input type="checkbox"/>
2. Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do Governo	<input type="checkbox"/>
3. Combater o aumento dos preços	<input type="checkbox"/>
4. Defender a liberdade de expressão	<input type="checkbox"/>

**2. Qual o grau de responsabilidade que atribui às seguintes entidades no âmbito da segurança local?**

	Nada responsável 1	Pouco responsável 2	Responsável 3	Muito responsável 4
1. As Polícias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. O Governo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. As Câmaras Municipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. As Juntas de Freguesia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**3. Numa escala de 0 a 10, em que o 0 significa “Todo o cuidado é pouco” e o 10 significa “Pode-se confiar nos outros”, como classifica a sua confiança nos outros cidadãos:**

Todo o cuidado é pouco		Pode-se confiar nos outros
0	1 2 3 4 5 6 7	8 9 10
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**4. Considera que os cidadãos deverão participar de forma activa na segurança a nível local?**

Sim  1 → Se respondeu “sim” passe, por favor, para a perg. 5      Não  2

**4.1 Qual(ais) o(s) motivo(s) porque considera que os cidadãos não deverão participar ?**

1. A segurança é responsabilidade exclusiva das polícias	<input type="checkbox"/>	3. Pode haver represálias contra os cidadãos	<input type="checkbox"/>
2. Os polícias não são de confiança	<input type="checkbox"/>	4. Outro(s)	<input type="checkbox"/>

4.1 Qual(ais)?

**5. Como classifica o acesso à policia, através das seguintes formas:**

	Muito difícil 1	Difícil 2	Fácil 3	Muito fácil 4
1. Falar na rua com os agentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Contactar governantes locais sobre problemas de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Telefonar e/ou enviar e-mail para a Polícia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Participar em consultas públicas sobre segurança local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**6. Qual a importância que atribui às seguintes formas de participação dos cidadãos na segurança:**

	Nada importante 1	Pouco importante 2	Importante 3	Muito importante 4
1. Os cidadãos apresentarem à policia propostas para a melhoria da segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Os cidadãos alertarem os agentes na rua para situações de insegurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Os comerciantes participarem em reuniões com a policia sobre segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1



**7. O que é importante para si, na actuação da policia, para que participe na segurança?**

	Nada importante 1	Pouco importante 2	Importante 3	Muito importante 4
1. O policiamento de visibilidade na rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. O policiamento ser feito a pé	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Os agentes tomarem a iniciativa de contactar os comerciantes nas lojas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os agentes disponibilizarem um contacto telefónico para a zona de Alvalade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. As equipas do policiamento serem mistas (um agente e uma agente)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**8. O que é importante para si, nos agentes da policia, para que participe na segurança?**

	Nada importante 1	Pouco importante 2	Importante 3	Muito importante 4
1. Os agentes transmitirem uma imagem cuidada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Os agentes apresentarem uma postura firme e de respeito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Os agentes demonstrarem disponibilidade para ouvirem os cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os agentes conseguirem estabelecer uma relação de confiança c/ cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Os agentes tratarem a informação recebida de forma rápida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Os agentes serem sempre os mesmos no território	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**9. Que outros aspectos são importantes para si, para que participe na segurança?**

**10. Dos seguintes motivos, quais são os dois mais importantes para si, para que participe na segurança?**

1. A melhoria do relacionamento entre as pessoas na zona (a solidariedade com os outros)	<input type="checkbox"/>
2. Poder contar com o apoio da policia no futuro	<input type="checkbox"/>
3. A melhoria da segurança na zona (evitar assaltos a pessoas/ estabelecimentos)	<input type="checkbox"/>
4. Salvaguardar a integridade fisica	<input type="checkbox"/>
5. A melhoria da qualidade de vida na zona	<input type="checkbox"/>
6. O agir da forma correcta	<input type="checkbox"/>

**11. Já contactou alguma vez os agentes da Policia Municipal que policiam a zona de Alvalade?**

Sim <sub>1</sub> Não <sub>2</sub> → Se respondeu "não" passe, por favor, para a **perg. 12** Não sabe <sub>88</sub>

**11.1 De um modo geral, ficou satisfeito(a) com o resultado desse(s) contacto(s)?**

Nunca <sub>1</sub> Raramente <sub>2</sub> Às vezes <sub>3</sub> Quase sempre <sub>4</sub> Sempre <sub>5</sub>

**11.2 Qual(ais) o(s) principal(ais) motivo(s) desse(s) contacto(s)?**

1. Desacatos na via pública	<input type="checkbox"/>	3. Estacionamento irregular	<input type="checkbox"/>	5. Ocupação da via pública	<input type="checkbox"/>
2. Assaltos	<input type="checkbox"/>	4. Alertar para situações de insegurança	<input type="checkbox"/>	6. Outro(s) motivo(s)	<input type="checkbox"/>

6.1 Qual(ais)?

**12. Já ouviu falar do policiamento comunitário "Alvalade mais Seguro" da Policia Municipal?**

Sim <sub>1</sub> Não <sub>2</sub> → Se respondeu "não" passe, por favor, para a **perg. 13** Não sabe <sub>88</sub>

**12.1 De que modo teve conhecimento deste policiamento? (escolha uma ou mais opções)**

1. Comunicação social	<input type="checkbox"/>	3. Outros comerciantes	<input type="checkbox"/>	5. Outro(s)	<input type="checkbox"/>
2. Agentes da Policia Municipal	<input type="checkbox"/>	4. Moradores	<input type="checkbox"/>	5.1 Qual(ais)?	<div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 15px;"></div>

**13. Pensando na segurança em Alvalade, como se sente na rua onde trabalha?**

Nada seguro <sub>1</sub> Pouco seguro <sub>2</sub> Seguro <sub>3</sub> Muito seguro <sub>4</sub>

**14. Na sua opinião, qual a rua de Alvalade que considera mais insegura durante o dia?**

**14.1 E durante a noite? (entre as 20h00 e as 7h00)**

**15. Em que ano começou a trabalhar em Alvalade?**

→ Se respondeu "2009", "2010" ou "2011", passe por favor para a perg.17

**16. Comparando com o período antes de 2009, como se sente actualmente na zona de Alvalade?**

Menos seguro <sub>1</sub> Igual <sub>2</sub> Mais seguro <sub>3</sub>

**17. Diga, por favor, se alguma vez fez alguma(s) das seguintes acções:**

	1 Sim, antes de 2009	2 Sim, entre 2009 e 2011	3 Não
1. Falou presencialmente com agentes sobre problemas de segurança na zona	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Contactou algum governante local para resolver problemas de insegurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Participou em alguma consulta pública (na internet) sobre questões associadas à segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Contactou algum serviço camarário sobre questões de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Participou em algum orçamento participativo na área da segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Fez alguma reclamação/denúncia junto de agentes na rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Fez alguma reclamação/denúncia por e-mail para a polícia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Fez alguma reclamação/denúncia por telefone para a polícia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Outra(s) forma(s) de participação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.1 Qual(ais)?	<input type="text"/>		

**18. Considerando a actuação dos agentes da Polícia Municipal em Alvalade, em que medida concorda ou discorda com as seguintes afirmações:**

	Discordo totalmente 1	Discordo 2	Concordo 3	Concordo totalmente 4
1. Os agentes na rua comunicam de forma adequada com os cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Os agentes alertam os cidadãos para tomarem medidas de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Com este policiamento sinto-me mais à vontade para falar com os agentes na rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os veículos (segways) utilizados pelos agentes são adequados para esta zona	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Sinto-me mais seguro na zona desde que se iniciou este policiamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Os agentes não conseguem impor respeito face aos infractores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. O policiamento tem contribuído para a melhoria da segurança na zona	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. É fácil encontrar os agentes na rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. O policiamento tem melhorado as condições de segurança para o comércio local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. O policiamento tem aumentado a confiança dos cidadãos na polícia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. A deslocação dos agentes em segways dificulta o contacto com os cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. O policiamento tem facilitado a participação dos cidadãos na segurança local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Não noto diferenças na segurança da zona com este policiamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**19. Qual a importância que atribui à participação dos cidadãos na segurança a nível local?**

Nada importante <sub>1</sub> Pouco importante <sub>2</sub> Importante <sub>3</sub> Muito importante <sub>4</sub>

**20. Ao longo do dia, existe algum período em que tem maior disponibilidade para falar com os agentes sobre os problemas de insegurança na zona onde trabalha?**

Sim <sub>1</sub> → Qual? das \_\_\_h\_\_\_ às \_\_\_h\_\_\_ / das \_\_\_h\_\_\_ às \_\_\_h\_\_\_ Não <sub>2</sub>

**21. Estaria disposto(a) a participar em reuniões comunitárias, dinamizadas pela Polícia Municipal, para identificação e resolução de problemas de insegurança na zona onde trabalha?**

Sim <sub>1</sub> → Que tipo de problema(s)? \_\_\_\_\_ Não <sub>2</sub>



**22. De um modo geral, que confiança deposita nas seguintes instituições:**

	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Alguma confiança	Muita confiança
	1	2	3	4
1. ONU - Organização das Nações Unidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. União Europeia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Administração Pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Governo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Forças Armadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Polícia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Tribunais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Instituições de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Igreja	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Câmara Municipal de Lisboa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Junta de Freguesia (do local de trabalho)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Polícia Municipal de Lisboa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**23. Com que frequência faz alguma das seguintes actividades no seu dia a dia:**

	Nunca	Raramente	Às vezes	Quase sempre	Sempre
	1	2	3	4	5
1. Ler jornais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Ver os telejornais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Conversar com colegas/amigos sobre problemas de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Ler/pesquisar na internet temas ligados à segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**24. Por último e lembrando que este questionário é confidencial, peço-lhe que responda a algumas questões de carácter individual:**

1. Idade: \_\_\_\_\_ 2. Sexo: Masculino  1 Feminino  2 3. Tem filhos?: Sim  1 Não  2

4. Local de residência: Concelho: \_\_\_\_\_ Freguesia \_\_\_\_\_

5. Habilitações escolares:

1º Ciclo Ensino Básico (até antiga 4ª classe)  1 3º Ciclo do Ensino Básico (7º, 8º e 9º ano)  3 Bacharelato/Licenciatura  5

2º Ciclo Ensino Básico (5º e 6º anos – antigo ciclo preparatório)  2 Ensino Secundário (10º, 11º e 12º ano)  4 Mestrado/Doutoramento/  
Pós-doutoramento  6

6. Estado Civil: Solteiro(a)  1 Casado(a)/União facto  2 Divorciado/Separado(a)  3 Viúvo(a)  4

7. Situação profissional: Proprietário/Sócio-gerente  1 Gerente/Encarregado  2 Empregado  3 Outra  4 Qual? \_\_\_\_\_

8. Trabalha em estabelecimento de comércio a retalho de:

Artigos de desporto <input type="checkbox"/> 1	Flores e plantas <input type="checkbox"/> 6	Mobiliário/ artigos iluminação <input type="checkbox"/> 11	Calçado <input type="checkbox"/> 16
Artigos para o lar <input type="checkbox"/> 2	Jornais/revistas/papelaria <input type="checkbox"/> 7	Produtos alimentares <input type="checkbox"/> 12	Têxteis <input type="checkbox"/> 17
Artigos ourivesaria/ joalharia <input type="checkbox"/> 3	Máquinas/material escritório <input type="checkbox"/> 8	Pastelaria e confeitaria <input type="checkbox"/> 13	Vestuário <input type="checkbox"/> 18
Produtos farmacêuticos <input type="checkbox"/> 4	Marroquinaria/artigos viagem <input type="checkbox"/> 9	Produtos de mercearia <input type="checkbox"/> 14	Livros <input type="checkbox"/> 19
Equipamentos de telecomunicações <input type="checkbox"/> 5	Material óptico/ fotográfico/ cinematográfico <input type="checkbox"/> 10	Produtos cosméticos/ higiene <input type="checkbox"/> 15	Outro <input type="checkbox"/> 20

Qual? \_\_\_\_\_

9. Qual o seu rendimento mensal? Menos 500€  1 500€ a 1.500€  2 Mais de 1.500€  3 10. Pratica alguma religião? Sim  1 Não  2

11. Pertence a alguma associação de cariz social? Sim  1 Não  2 12. Votou nas últimas eleições? Sim  1 Não  2 13. Faz voluntariado? Sim  1 Não  2

**25. Comentários / sugestões**

Muito obrigada uma vez mais pela sua colaboração e disponibilidade!

## ANEXO B

**Hipótese 1:**

Tabela 1.1 – Resultados da regressão linear simples (Model Summary) – Hipótese 1

Model Summary <sup>b</sup>				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,109 <sup>a</sup>	,012	-,002	,58113

a. Predictors: (Constant), Rendimento, Anos escolaridade

b. Dependent Variable: Índice acesso canais participação

Tabela 1.2 – Resultados da regressão linear simples (ANOVA) – Hipótese 1

ANOVA <sup>b</sup>						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	,572	2	,286	,846	,431 <sup>a</sup>
	Residual	47,618	141	,338		
	Total	48,190	143			

a. Predictors: (Constant), Rendimento, Anos escolaridade

b. Dependent Variable: Índice acesso canais participação

Tabela 1.3 – Resultados da regressão linear simples (Coef.)– Hipótese 1

Coefficients <sup>a</sup>							
Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
(Constant)	2,182	,165		13,244	,000		
1 Anos escolaridade	,001	,012	,011	,123	,902	,891	1,122
Rendimento	,000	,000	-,112	-1,263	,209	,891	1,122

a. Dependent Variable: Índice acesso canais participação

Tabela 1.4 – Resultados da regressão linear simples (Model Summary) – Hipótese 1

Model Summary <sup>b</sup>				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,067 <sup>a</sup>	,005	-,010	,47462

a. Predictors: (Constant), Rendimento, Anos escolaridade

b. Dependent Variable: Índice de participação na segurança

Tabela 1.5 – Resultados da regressão linear simples (ANOVA) – Hipótese 1

ANOVA <sup>b</sup>						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	,138	2	,069	,306	,737 <sup>a</sup>
	Residual	30,411	135	,225		
	Total	30,549	137			

a. Predictors: (Constant), Rendimento, Anos escolaridade

b. Dependent Variable: Índice de participação na segurança

**Hipótese 1:** (cont.)

Tabela 1.6 – Resultados da regressão linear simples (Coef.)– Hipótese 1

Model	Coefficients <sup>a</sup>				t	Sig.	Collinearity Statistics	
	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	Beta			Tolerance	VIF
	B	Std. Error						
(Constant)	1,355	,135			10,013	,000		
1 Anos escolaridade	-,004	,010	-,033		-,367	,715	,887	1,128
Rendimento	9,887E-5	,000	,071		,775	,440	,887	1,128

a. Dependent Variable: Índice de participação na segurança

Tabela 1.7 – Resultados da regressão linear simples (*Model Summary*) – Hipótese 1

Model Summary <sup>b</sup>				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,127 <sup>a</sup>	,016	-,006	,47404

a. Predictors: (Constant), Índice acesso canais participação, Anos escolaridade, Rendimento

b. Dependent Variable: Índice de participação na segurança

Tabela 1.8 – Resultados da regressão linear simples (ANOVA) – Hipótese 1

ANOVA <sup>b</sup>						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	,488	3	,163	,724	,539 <sup>a</sup>
	Residual	29,887	133	,225		
	Total	30,375	136			

a. Predictors: (Constant), Índice acesso canais participação, Anos escolaridade, Rendimento

b. Dependent Variable: Índice de participação na segurança

Tabela 1.9 – Resultados da regressão linear simples (Coef.)– Hipótese 1

Model	Coefficients <sup>a</sup>				t	Sig.	Collinearity Statistics	
	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	Beta			Tolerance	VIF
	B	Std. Error						
(Constant)	1,552	,207			7,507	,000		
1 Anos escolaridade	-,005	,010	-,044		-,483	,630	,884	1,131
Rendimento	8,897E-5	,000	,064		,694	,489	,875	1,143
Índice acesso canais participação	-,086	,071	-,104		-1,205	,230	,988	1,012

a. Dependent Variable: Índice de participação na segurança

**Hipótese 2**Tabela 2.1 – Resultados da regressão linear simples (*Model Summary*) – Hipótese 2

Model Summary <sup>b</sup>				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,455 <sup>a</sup>	,207	,196	,40873

a. Predictors: (Constant), Confiança nos outros cidadãos, Pertença a redes sociais

b. Dependent Variable: Índice de participação na segurança

Tabela 2.2 – Resultados da regressão linear simples (ANOVA) – Hipótese 2

ANOVA <sup>b</sup>						
Model	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	
1						
	Regression	6,665	2	3,333	19,949	,000 <sup>a</sup>
	Residual	25,560	153	,167		
	Total	32,225	155			

a. Predictors: (Constant), Confiança nos outros cidadãos, Pertença a redes sociais

b. Dependent Variable: Índice de participação na segurança

Tabela 2.3 – Resultados da regressão linear simples (Coef.)– Hipótese 2

Coefficients <sup>a</sup>								
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
	(Constant)	1,194	,064		18,562	,000		
1	Pertença a redes sociais	,422	,067	,456	6,314	,000	,995	1,005
	Confiança nos outros cidadãos	,008	,014	,043	,598	,551	,995	1,005

**Hipótese 3:**

Tabela 3.1 – Resultados do cálculo do coeficiente Eta – Hipótese 3

Directional Measures			
			Value
Nominal by Interval	Eta	P22.6_P22.12 Dependent	,122
<b>P4 Dependent</b>			<b>,264</b>

Tabela 3.2 – Resultados do *T test* (*Group Statistics*)– Hipótese 3

Group Statistics					
	P4	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
P22.6_P22.12	1 Sim	113	2,7788	,57840	,05441
	2 Não	46	2,6196	,61630	,09087

Tabela 3.3 – Resultados do *T test (Independent samples Test)*– Hipótese 3

		Independent Samples Test								
		Levene's Test for Equality of Variances			t-test for Equality of Means					
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
P22.6_P22.12	Equal variances assumed	,618	,433	1,544	157	<b>,125</b>	,15920	,10310	-,04445	,36284
	Equal variances not assumed			1,503	78,975	,137	,15920	,10591	-,05162	,37001

**Hipótese 4:**Tabela 4.1 – Resultados da regressão linear simples (*Model Summary*) – Hipótese 4

Model Summary <sup>b</sup>				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,077 <sup>a</sup>	,006	<b>-,011</b>	,881

a. Predictors: (Constant), De um modo geral, ficou satisfeito(a) com o resultado desse(s) contacto(s)?

b. Dependent Variable: Qual a importância que atribui à participação dos cidadãos na segurança a nível local

Tabela 4.2 – Resultados da regressão linear simples (ANOVA) – Hipótese 4

ANOVA <sup>b</sup>						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	,277	1	,277	<b>,356</b>	<b>,553<sup>a</sup></b>
	Residual	46,578	60	,776		
	Total	46,855	61			

a. Predictors: (Constant), De um modo geral, ficou satisfeito(a) com o resultado desse(s) contacto(s)?

b. Dependent Variable: Qual a importância que atribui à participação dos cidadãos na segurança a nível local

Tabela 4.3 – Resultados da regressão linear simples (Coef.)– Hipótese 3

Model	Coefficients <sup>a</sup>					Collinearity Statistics		
	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		t	Sig.	Tolerance	VIF
	B	Std. Error	Beta					
1 (Constant)	2,852	,347			8,207	,000		
De um modo geral, ficou satisfeito(a) com o resultado desse(s) contacto(s)?	,054	,091	,077		,597	,553	1,000	1,000

a. Dependent Variable: Qual a importância que atribui à participação dos cidadãos na segurança a nível local

### ACM:

Tabela 5 – Resultados da ACM – Perfis de cidadania participativa

	Discrimination Measures		
	Dimension		Mean
	1	2	
Tipo de Valores	,006	,020	,013
Tipo de motivações	,098	,123	,110
Participação na Segurança	,066	,011	,038
Importância da participação dos cidadãos	,180	,322	,251
Responsabilidade das Polícias	,569	,188	,378
Responsabilidade dos cidadãos	,223	,548	,385
Acesso canais participação	,422	,283	,352
Sentimento de segurança na zona	,482	,361	,422
Active Total	2,046	1,855	1,951
Inertia	,256	,232	